

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LIII

FLORIANÓPOLIS, 25 DE MAIO DE 2004

NÚMERO 5.282

15ª Legislatura  
2ª Sessão Legislativa

**MESA**

Volnei Morastoni  
**PRESIDENTE**  
Onofre Santo Agostini  
**1º VICE-PRESIDENTE**  
Nilson Gonçalves de Souza  
**2º VICE-PRESIDENTE**  
Romildo Titon  
**1º SECRETÁRIO**  
Altair Guidi  
**2º SECRETÁRIO**  
Francisco de Assis  
**3º SECRETÁRIO**  
Genésio Goulart  
**4º SECRETÁRIO**

**LIDERANÇA DO GOVERNO**  
Herneus de Nadal

**PARTIDOS POLÍTICOS**  
(Lideranças)

**PARTIDO PROGRESSISTA**  
Líder: Joares Ponticelli

**PARTIDO DO MOVIMENTO  
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**  
Líder: Manoel Mota

**PARTIDO DA FRENTE  
LIBERAL**  
Líder: Antônio Ceron

**PARTIDO DOS  
TRABALHADORES**  
Líder: Pedro Baldissera

**PARTIDO DA SOCIAL  
DEMOCRACIA BRASILEIRA**  
Líder: Jorginho Mello

**PARTIDO TRABALHISTA  
BRASILEIRO**  
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO LIBERAL**  
Líder: Odete de Jesus

**PARTIDO DEMOCRÁTICO  
TRABALHISTA**  
Cezar Cim

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO  
E JUSTIÇA**

Júlio Garcia – Presidente  
Hemeus de Nadal – Vice Presidente  
Celestino Secco  
Odete de Jesus  
Dionei Walter da Silva  
Joares Ponticelli  
Pedro Baldissera  
João Henrique Blasi  
Jorginho Mello  
**Terças-feiras, às 9:00 horas**

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E  
DESENVOLVIMENTO URBANO**

Reno Caramori – Presidente  
Wilson Vieira – Dentinho – Vice Presidente  
Júlio Garcia  
Antônio Carlos Vieira  
José Paulo Serafim  
Manoel Mota  
Djalma Berger  
**Terças-feiras às 18:00 horas**

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
PARTICIPATIVA**

Joares Ponticelli  
Antônio Carlos Vieira  
Dionei Walter da Silva  
Paulo Eccel  
Antônio Ceron  
Rogério Mendonça  
Jorginho Mello  
**Quartas-feiras às 18:00 horas**

**COMISSÃO DE AGRICULTURA,  
E POLÍTICA RURAL**

Mauro Mariani – Presidente  
Valmir Comin – Vice Presidente  
Pedro Baldissera  
Dionei Walter da Silva  
Nelson Goetten de Lima  
Cesar Cim  
Francisco Küster  
**Quartas-feiras, às 18:00 horas**

**COMISSÃO DE TRABALHO, DE  
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO  
PÚBLICO**

Rogério Mendonça – Presidente  
Celestino Secco – Vice Presidente  
Afrânio Boppré  
Paulo Eccel  
Francisco Küster  
Narcizo Parisotto  
Antônio Ceron  
**Terças-feiras, às 10:00 horas**

**COMISSÃO DE FINANÇAS E  
TRIBUTAÇÃO**

João Paulo Kleinübing – Presidente  
Afrânio Boppré – Vice Presidente  
Cesar Cim  
Reno Caramori  
Antônio Carlos Vieira  
Wilson Vieira – Dentinho  
Rogério Mendonça  
Manoel Mota  
Djalma Berger  
**Quartas-feiras, às 9:00 horas**

**COMISSÃO DE SEGURANÇA  
PÚBLICA**

João Rodrigues – Presidente  
Wilson Vieira – Dentinho – Vice Presidente  
Jorginho Mello  
Cesar Cim  
João Henrique Blasi  
José Paulo Serafim  
Lício Mauro da Silveira  
**Quartas-feiras às 11:00 horas**

**COMISSÃO DE ECONOMIA,  
CIÊNCIA E TECNOLOGIA,  
MINAS E ENERGIA**

Afrânio Boppré – Presidente  
Valmir Comin – Vice Presidente  
Mauro Mariani  
Paulo Eccel  
Hemeus de Nadal  
Clésio Salvaro  
João Paulo Kleinübing  
**Quartas-feiras às 18:00 horas**

**COMISSÃO DE TURISMO E  
MEIO AMBIENTE**

Djalma Berger – Presidente  
Joares Ponticelli – Vice Presidente  
Antônio Ceron  
Ana Paula Lima  
Narcizo Parisotto  
Wilson Vieira – Dentinho  
Simone Schramm  
**Quartas-feiras, às 13:00 horas**

**COMISSÃO DE SAÚDE**

Clésio Salvaro – Presidente  
Odete de Jesus – Vice Presidente  
Reno Caramori  
João Paulo Kleinübing  
Ana Paula Lima  
José Paulo Serafim  
Simone Schramm  
**Terças-feiras, às 11:00 horas**

**COMISSÃO DE DIREITOS E  
GARANTIAS FUNDAMENTAIS,  
DE AMPARO À FAMÍLIA E À  
MULHER**

Odete de Jesus – Presidente  
Dionei Walter da Silva – Vice Presidente  
Mauro Mariani  
Ana Paula Lima  
Lício Mauro da Silveira  
Nelson Goetten de Lima  
Clésio Salvaro  
**Quartas-feiras às 10:00 horas**

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,  
CULTURA E DESPORTO**


Paulo Eccel – Presidente  
Djalma Berger – Vice Presidente  
Lício Mauro da Silveira  
Pedro Baldissera  
João Rodrigues  
Simone Schramm  
Odete de Jesus  
**Quartas-feiras às 10:00 horas**

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO  
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO  
MERCOSUL**

Celestino Secco – Presidente  
Rogério Mendonça – Vice Presidente  
Cesar Souza  
Odete de Jesus  
José Paulo Serafim  
Ana Paula Lima  
Francisco Küster  
**Terças-Feiras, às 18:00 horas**

**COMISSÃO DE ÉTICA E  
DECORO PARLAMENTAR**

Joares Ponticelli – Presidente  
Rogério Mendonça – Vice Presidente  
Antônio Ceron  
Antônio Carlos Vieira  
Cesar Souza  
Hemeus de Nadal  
Jorginho Mello  
Pedro Baldissera  
Dionei Walter da Silva

DEPARTAMENTO PARLAMENTAR	DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA EXPEDIENTE	ÍNDICE
<p><b>Divisão de Anais:</b> responsável pela digitação e/ou revisão dos Atos da Mesa Diretora e Publicações Diversas, diagramação, editoração, montagem e distribuição. Diretor: Eder de Quadra Salgado</p> <p><b>Divisão de Taquigrafia:</b> responsável pela digitação e revisão das Atas das Sessões. Diretora: Maria Salette de Bem Urban</p> <p><b>Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos:</b> responsável pela impressão. Diretor: Vanoir Guarezi Zacaron</p>	 <p><b>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina</b> <b>Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves</b> <b>Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC</b> <b>CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 221-2500</b> <b>Internet: www.alesc.sc.gov.br</b></p> <p><b>IMPRESSÃO PRÓPRIA</b> <b>ANO XII - NÚMERO 1618</b> <b>1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES</b> <b>EDIÇÃO DE HOJE: 20 PÁGINAS</b></p>	<p><b>Plenário</b> Ata da 035ª Sessão Ordinária da 2ª sessão Legislativa da 15ª realizada em 20/05/2004 .....2</p> <p><b>Atos da Mesa</b> Ata da Mesa .....11</p> <p><b>Publicações Diversas</b> Audiência Pública.....11 Ata da Procuradoria.....19 Extrato.....19 Ofício.....19 Projeto de Decreto Legislativo .....20 .....20 Projeto de Emenda Constitucional.....20 Projetos de Lei.....20</p>

## P L E N Á R I O

# ATA DA 035ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA REALIZADA EM 20 DE MAIO DE 2004 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO VOLNEI MORASTONI

Às nove horas, achavam-se presentes os seguintes Srs. Deputados: Afrânio Boppré - Ana Paula Lima - Antônio Carlos Vieira - Antônio Ceron - Celestino Secco - Clésio Salvaro - Dionei Walter da Silva - Francisco de Assis - Francisco Küster - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - João Henrique Blasi - João Paulo Kleinübing - João Rodrigues - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Serafim - Júlio Garcia - Lício Silveira - Manoel Mota - Mauro Mariani - Narcizo Parisotto - Nelson Goetten - Nilson Gonçalves - Nilson Machado - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Paulo Eccel - Pedro Baldissera - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Simone Schramm - Valmir Comin - Volnei Morastoni - Wilson Vieira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao Sr. Primeiro Secretário, Deputado Romildo Titon, que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos Srs. Deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - SR. Presidente, parece-me que na parte que menciona o pronunciamento do Deputado Joares Ponticelli, referente à homenagem à Unisul pelos seus 42 anos, é preciso corrigir para 40 anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Antes de esta Presidência conceder a palavra ao primeiro orador inscrito, gostaria de registrar a presença de 26 alunos da Escola Augusta Dutra de Souza, que vêm acompanhados pela professora Sandra Regina Aguiar, da cidade de Brusque.

Sintam-se bem no nosso meio, é uma honra poder recebê-los no Parlamento catarinense.

Inscrito o Sr. Deputado Paulo Eccel, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PAULO ECCEL - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados e cidadãos que nos acompanham, especialmente os meus conterrâneos de Brusque, que estão num processo muito interessante e muito importante de educação, sejam todos bem-vindos.

Este Poder é também uma forma de aprimoramento da educação, educação cívica, educação cidadã. Certamente é pela primeira que muitos de vocês estão conhecendo a Assembleia Legislativa, e queremos dizer que esta Casa é o útero das discussões importantes de Santa Catarina.

É daqui muitas vezes que se irradiam as decisões que podem afetar a vida de vocês e as nossas vidas também. Sejam muito bem-vindos nesta manhã em Florianópolis.

O que me traz à tribuna nesta manhã, Sr. Presidente, é divulgar mais uma vez a nossa campanha nacional, a nossa campanha estadual, contra a baixaria na TV, contra a baixaria nos meios de comunicação.

No ano passado, no Dia do Jornalista, quando realizamos uma sessão solene para homenagear os jornalistas de Santa Catarina, foi feito um questionamento a um membro da mesa no sentido de como a sociedade faz para se proteger dos meios de comunicação, especialmente nas cidades do interior, onde os meios de comunicação estão atrelados ao poder político local.

Um dos jornalistas presentes disse que uma das formas de se proteger é a união da sociedade, a união das pessoas. Em decorrência disso, nós formamos em Santa Catarina o nosso Fórum Catarinense de

Acompanhamento da Mídia, que é um braço da campanha nacional da Comissão de Direitos Humanos, a Comissão que trata da baixaria na TV e que tem como lema o seguinte: Quem financia a baixaria é contra a cidadania.

A nossa campanha, no nosso Estado, objetiva divulgar a campanha nacional e também receber as denúncias de abuso nos programas das redes locais. É bom que Santa Catarina saiba que a programação local e a programação regional são muito pequenas.

Existem redes em Santa Catarina que não chegam a ter, do total de sua programação, 3% de programação local, outras chegam ao máximo de 7% ou 8% de programação local. Muitas vezes o que nós temos é uma programação nacional, que vai do Olapoque ao Chui, como se o Brasil fosse uma única cultura, como se o Brasil fosse um pensamento único.

Neste particular, gostaria de abrir um parêntese e dizer que na última semana foi aprovado pelo Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional o projeto da Deputada Jandira Feghalli, que estabelece a regionalização da programação das comunicações no Brasil, tanto de rádio quanto de TV.

Com isso, eu lembro, Deputado Celestino Secco, de um projeto de V.Exa., que tentou tramitar nesta Casa no ano passado, que estabelecia que na última semana do mês de novembro as emissoras de rádio locais deveriam transmitir um percentual de músicas locais. E naquele momento a Comissão de Constituição e Justiça arquivou o projeto de V.Exa. por estar em desacordo com a Constituição Federal.

Caso essa regulamentação seja aprovada, nós teremos um grande percentual na programação das TVs e das rádios de todo o País de programação regional. O que vai propiciar isso? Vai propiciar que nós tenhamos mais jornalistas empregados, mais cinegrafistas empregados, mais redatores, mais produtores, mais locutores, enfim, que tenhamos um conjunto de profissionais empregados nas comunicações em cada um dos Estados da nossa Federação. E isso é muito importante.

Creio que a sociedade deve fazer um esforço, apesar de toda a oposição dos donos da mídia nacional, que são contrários à regionalização, porque para eles é muito mais interessante que a programação seja nacional que seja levada a todos os Estados do País por um custo mais baixo.

Nós tivemos essa importante vitória no Senado Federal, que é um impulso para a nossa campanha. Mas a campanha nacional divulgou, na semana passada, o novo *ranking* da baixaria na TV brasileira. E eu gostaria de destacar quais os dez programas das redes nacionais que ocupam o *ranking* dos programas considerados baixaria pela população brasileira.

As novelas "Celebridade" e "Kubanacan", da Rede Globo, ocupam o primeiro e o segundo lugares na lista dos programas mais denunciados pela campanha. As duas novelas foram denunciadas por serem exibidas em horários impróprios, com muito apelo sexual e por incitar a violência. O "Programa do Ratinho" foi classificado em terceiro lugar, em função de denúncias das pessoas que protestam contra a ridicularização da pessoa humana. O horário foi classificado como impróprio por exibir apelo sexual.

Pelos mesmos motivos do "Programa do Ratinho", os telespectadores acharam que o programa "Pânico na TV", da Rede TV, também está desrespeitando o cidadão com excessivo apelo sexual. O "Big Brother Brasil 4" foi citado como um programa que buscou audiência recorrendo ao apelo sexual, tendo sido registradas muitas denúncias. Apelo sexual também foi o motivo que classificou o programa "Eu Vi na TV", da Rede TV, em sexto lugar. Em sétimo lugar, o programa "Superpop" foi denunciado por explorar o ser humano e por usar cenas de sexo.

O programa "Malhação" entrou no *ranking* avaliado impróprio para o horário vespertino. Os programas da TV Bandeirantes, "Sabadaço" e "Boa Noite Brasil", também foram apontados como impróprios para o horário e por usar apelo sexual. O último do *ranking* foi o "Cidade Alerta", programa da Rede Record, considerado inadequado para o horário, com oito denúncias.

Qual o procedimento nesse instante? O procedimento é levar essas informações aos anunciantes desses programas, aos produtores e aos apresentadores as reclamações fundamentadas da população brasileira, no sentido da busca de mudanças no conteúdo e na forma como esses programas são apresentados.

Aqui, no Estado, nós ainda não recebemos nenhuma denúncia dos programas locais e tomara que não recebamos. Até o final de abril fizemos chegar essa publicação, em forma de cartilha impressa, a todas as escolas de Santa Catarina, públicas e privadas. A partir do recebimento dessas cartilhas, as escolas estão solicitando que a Comissão de Educação, Deputada Odete de Jesus, faça chegar às crianças, aos jovens esse material.

Fazemos, então, um apelo a todos aqueles que, neste momento, devem estar nos assistindo em várias cidades de Santa Catarina, que nos ajudem a fazer a impressão desse material, a fim de que o levemos ao maior número de pessoas possível!

A Sra. Deputada Odete de Jesus - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PAULO ECCEL - Pois não, Deputada.

A Sra. Deputada Odete de Jesus - Deputado Paulo Eccel, Presidente da Comissão de Educação, eu quero parabenizar V.Exa. pelo tema, pela sua dedicação em prol das nossas crianças, em prol das famílias catarinenses.

Meus parabéns! É nota dez o seu pronunciamento!

O SR. DEPUTADO PAULO ECCEL - Era isto, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado César Cim, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO CÉSAR CIM - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, numa outra oportunidade, o Deputado Onofre Santo Agostini, como Presidente desta Casa, demonstrou sua preocupação com o não-cumprimento das leis. E com razão, pois vivemos em um País pródigo em leis que não são cumpridas. Temos um Brasil legal, que é maravilhoso, que serve de exemplo para todo o Universo, e temos um Brasil real, no qual a legislação não é cumprida.

E ontem, a nossa querida Deputada Odete de Jesus teve o seu brilho ainda mais incandescente, pelo simples fato de ser mulher e pelo fato de trazer a esta Casa uma coisa que é inerente a todo ser humano, que é o cultivo e o respeito pela fé. E a nossa Deputada, sob o título de propaganda enganosa, fez severas críticas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, contra a Lei do Inquilinato.

Cheia de razão, Deputada Odete de Jesus, porque é impressionante como Deputados e Senadores podem servir ao poder econômico fugindo da sua responsabilidade precípua: que é de legislar, para prejudicar um segmento altamente injustiçado que é aquele vinculado ao inquilino, ou seja, o locatário.

Já dizia Montesquieu: não é justa só porque é lei, deveria ser lei quando justa, Deputado Antônio Carlos Vieira. É um conceito insipiente de lei, mas remete a um escrito que regulamenta uma situação já existente, ou para permitir esta situação, ou para proibir essa situação.

E a lei é a fonte mais pródiga do Direito. Como uma lei pode, Deputado Antônio Ceron, ser injusta? Vale dizer que o Direito também pode ser injusto, porque ele é fato social? É a famosa teoria tridimensional do Direito de Miguel Reis, onde a norma valoriza o fato social.

Para muitos, inclusive, Sr. Presidente, e com razão, o Direito se constitui um simples meio de se valerem os mais fortes da máquina estatal contra os oprimidos de toda a ordem, Deputada Ana Paula Lima, segundo Miranda Rosa.

Retornemos à lei e vamos chegar lá, Deputada Odete de Jesus, à Lei 8.009, de 1990, que tem origem no Legislativo Federal, no Congresso Nacional, feita por Deputados e Senadores, que com muita propriedade criaram a isenção de penhora para o chamado bem de família. Aquele bem que é utilizado pelo cidadão e sua família para a sua moradia.

Então, esse bem é impenhorável. A lei fundamentou-se numa frente à busca incessante dos bancos de tomarem a propriedade principalmente dos pequenos agricultores, no sentido de garantir que continuassem com o sustento da sua vida.

Foi uma resposta aos banqueiros que acendem uma vela para o santo, quando o cidadão abre a conta, e acendem uma para o diabo, para que o cidadão se atrapalhe e ganhe mais dinheiro com quem se atrapalha do que quem tem dinheiro.

E a Lei nº 8.245, Deputada Odete de Jesus, que V.Exa. fez referência ontem, tem no seu dispositivo, imaginem, Srs. Deputados, no seu art. 82, que não vale a condição de bem de família para o avalista do inquilino, Deputado Antônio Ceron. É verdade.

Deixe-me beliscar para ver se não estou delirando, Deputado-Presidente, ou seja, o cidadão usufrui uma lei para ter a sua casinha garantida contra a penhora de uma dívida, e uma outra lei feita pelos mesmos Senadores e Deputados diz que essa lei não vale para o avalista, no caso do inquilinato.

Isso é uma afronta, é caso de polícia!

O cidadão mora em Blumenau, come o pão que o diabo amassou, mas é privilegiado, porque tem uma casinha. Vem para Florianópolis, aluga uma casinha, pega o aval do seu amigo, que também é companheiro de infortúnio e que só tem uma casinha. O inquilino que veio de Blumenau não paga o aluguel. A casinha que ele tem em Blumenau não pode ser tomada, em razão da Lei nº 8.009/90. Mas a casinha do seu avalista aqui em Florianópolis vai ser tomada, porque essa lei não vale para o fiador, no caso do inquilinato. Isso é um absurdo. É um descontrole. É a prova clara de que alguns Deputados têm o rabo preso com determinados segmentos e vão lá em Brasília para prejudicar um segmento que já é fraco, injustiçado, que é o segmento do inquilinato.

Tem mais, Deputada Odete de Jesus, no art. 22, Srs. Deputados, estava escrito no projeto original que os tributos são de responsabilidade do proprietário. O que fizeram os Srs. Deputados e Senadores, incluíram uma vírgula e colocaram assim: salvo estipulação em contrário.

Ora, quem faz o contrato no inquilinato? Desde quando o inquilino faz contrato no inquilinato? Não tornaram só a lei múltipla, mas deixaram claro que a responsabilidade pelos tributos é do inquilino, só para dar algum exemplo.

A Sra. Deputada Odete de Jesus - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CÉZAR CIM - Pois não!

A Sra. Deputada Odete de Jesus - Deputado, esta Deputada levantou esse problema, porque como Presidente da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais de Amparo à Família e à Mulher recebe muitas denúncias.

Esta Deputada abordou esse assunto ontem e V.Exa. vem hoje complementar o nosso pronunciamento. E tem mais, Deputado, nós vamos promover aqui, nesta Casa, uma audiência pública a respeito.

Esta Deputada, como Presidente da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais de Amparo à Família e à Mulher, vai promover, nesta Casa, um amplo debate. Já nos manifestamos. E vamos também enviar a moção para o Senado.

Essa lei tem que ser reformulada. Nós sabemos que somos poucos. É de competência federal, mas vamos lutar aqui, porque vamos ter os 40 Deputados unidos em Santa Catarina para lutar pelo pequeno, pelo morador, por aquela pessoa que com seu pequeno salário não consegue pagar o aluguel e muitas vezes é despejado, porque não há amparo para o consumidor.

O SR. DEPUTADO CÉZAR CIM - Deputada, V.Exa. deflagrou uma bandeira que vamos fazer tremular aqui nesta Casa, que é aquela da defesa da cidadania e da justiça social.

O Sr. Deputado Paulo Eccel - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CÉZAR CIM - Pois não!

O Sr. Deputado Paulo Eccel - Nestas questões que regulam o inquilinato, as relações entre proprietário, inquilino e imobiliária, algo que é essencial é a questão ética. Muitas vezes a imobiliária tentando locar aquele imóvel, transforma aquele imóvel no paraíso. Daqui a pouco o inquilino entra no imóvel, o cano está entupido, a rede de gás não funciona, o ar condicionado está estragado. Daí começam as discussões, se foi feita vistoria ou não. Outras vezes o inquilino entra no imóvel se compromete a pagar o aluguel e não paga. Então, ética é necessária em todas as posições.

O SR. DEPUTADO CÉZAR CIM - As imobiliárias se valem da lei.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, voltarei com o assunto.

Deputada Odete de Jesus, traremos aqui para V.Exas. o que se pode chamar de uma lei injusta e imoral, e vamos fazer com que esta Casa possa deflagrar essa bandeira no sentido de que essa lei possa ser revogada em Brasília.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Dionei Walter da Silva, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, quero falar, hoje, Deputado Paulo Eccel, sobre mais uma vitória da CPI da Casan, na tarde de ontem, quando do julgamento de um mandado de segurança impetrado por uma das pessoas apontadas na CPI, acusada de um desvio de mais de R\$1,3 milhões dos cofres da Casan.

O cidadão entrou com ações, mandados de segurança contra a Casan, para que o seu nome não fosse utilizado na mídia, nas investigações e, como a que foi julgada na tarde de ontem, para extinguir a CPI, Deputado Paulo Eccel.

Deputado Antônio Carlos Vieira, V.Exa. faz parte da CPI e sabe de todas as provas que temos contra ele. E ele tentando nada mais nada menos do que extinguir a CPI.

Entendemos essa tentativa de extinção da Comissão Parlamentar de Inquérito, porque talvez fosse a forma de ele continuar fazendo o que sempre fez, ou seja, ao invés de defender a Companhia de Água e Saneamento do Estado, ele se apropriava dos recursos dessa companhia para uso próprio.

Além desses recursos, comprovadamente desviados da conta, encontramos, ainda, em diversas oportunidades, frases de juizes em sentenças dizendo de que as defesas eram mal feitas, inconsistentes, defesas que nos fazem crer que o rombo seja muito maior, um rombo, talvez, difícil de mensurar. E uma defesa negligente acaba tendo, às vezes, uma condenação que você não consegue saber até que ponto era devido ou não aquele recurso.

Mas entendo como mais uma vitória do trabalho que essa CPI vem fazendo, com seus membros dedicados, presentes - o Deputado relator, o Deputado Mauro Mariani, o Deputado Antônio Carlos Vieira, que está em todas as reuniões bastante ativo, o Deputado Pedro Baldissera e os demais integrantes da CPI.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Deputado Dionei Walter da Silva, realmente é muito interessante. A Justiça decidiu a nosso favor, isto é, a CPI tem que continuar. Mas isso é coisa de quem se achou preterido e se acha perseguido.

Mas temos, sim, a comprovação dos crimes que esse advogado cometeu e praticou dentro da Casan. Agora, uma coisa ele não disse e ninguém está dizendo, ou seja, que essa CPI não tem sobre si os holofotes da mídia, ainda bem.

Estamos procurando fazer o nosso trabalho de forma técnica, de forma decente e honesta, sem que ruídos da CPI fluam para a imprensa, seja ela escrita, falada, televisada.

Estamos procurando, sim, agir com a maior imparcialidade, e quem procura trazer para si os holofotes da CPI, realmente, é o implicado, quando busca na Justiça direitos que não lhe assistem.

Acho que estamos no caminho certo, embora de Partidos totalmente opostos e diferenciados, do PMDB, do PT, do PP, mas estamos irmanados na busca das soluções dessa CPI, que, tenho certeza, vai fazer muito bem para a Casan.

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Obrigado, Deputado Antônio Carlos Vieira, realmente, além dos Deputados com essa convicção de que precisamos resolver o problema e não buscar holofotes, temos também uma assessoria na CPI de técnicos da própria Fazenda, da Segurança Pública, de uma competência sem nenhum questionamento, que estão fazendo um belo trabalho.

Estamos recebendo informações e documentos que não estão no objeto da nossa CPI, inclusive de um processo envolvendo uma empresa de Joinville, com um capital social de R\$10.000,00, marido e mulher, que em uma licitação ganhou um contrato de dois milhões de reais da Casan. Ela entrou na Justiça cobrando esse valor. E um advogado da Casan foi citado, se deu citado, pela Casan, e simplesmente não foi feita defesa no processo.

A sorte foi que nesse processo tinha um Juiz bastante diligente, Deputado Cezar Cim, preocupado com a causa pública, que forçou a barra, deu como ilegal a citação e mandou citar novamente o representante da empresa. Senão, eram mais dois milhões de reais que a empresa pagaria sem discussão, sem defesa.

Então, além da causa trabalhista, precisamos, terminando essa CPI, ter o compromisso de fazer uma ampla investigação nos demais processos, porque, pela amostra que nós recebemos na tarde de ontem, deve ser profundo o ralo ou o vazamento que a Casan também tem em outros processos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o Sr. Deputado Genésio Goulart, por até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO GENÉSIO GOULART - Sr. Presidente e Srs. Deputados, a cidade de Tubarão, no próximo dia 27 maio, estará completando 137 anos de emancipação político-administrativa.

Realmente, falar de Tubarão, para mim, é um orgulho muito grande. É uma cidade pólo regional, uma cidade com aproximadamente cem mil habitantes, uma cidade que tem se desenvolvido bastante, muito e muito, nesses últimos anos.

Posso dizer com muito orgulho que como Vereador e Prefeito que fui desta cidade, graças a Deus, pude contribuir bastante para o seu desenvolvimento.

Tubarão, em 1999, foi a vigésima cidade em qualidade de vida do Brasil, a segunda cidade em menor índice de mortalidade infantil, em nível nacional. É uma cidade muito bem servida. Temos um Fórum moderno, uma rodoviária que é considerada a mais bonita do Brasil. Temos o Centro Municipal de Cultura, considerado o único no Sul do Estado, e também um centro de exposição.

Então, a cidade de Tubarão é uma cidade realmente muito gostosa, uma cidade que nos orgulha muito em viver. É uma cidade muito querida, com um povo hospitaleiro. E para quem já a conhece, para quem já teve a oportunidade de visitá-la, para quem já teve a oportunidade de ir até a cidade sabe perfeitamente o que estou falando. Realmente, é uma cidade que quem não conhece vale a pena conhecer.

Estamos a 130 quilômetros da Capital, a 300 quilômetros do vizinho Estado Rio Grande do Sul, a 100 quilômetros da Serra e a 20 quilômetros da praia. Realmente, Tubarão é uma cidade também com suas ligações turísticas e que nos últimos tempos vem se desenvolvendo muito.

Então, é um orgulho falar do Município de Tubarão, pois muitas coisas boas acontecem naquela cidade.

Como disse, fui Vereador e Prefeito e dei a minha contribuição para o desenvolvimento dessa bela cidade de Tubarão. É claro que muitas coisas ainda precisam melhorar e acontecer na nossa querida cidade, conhecida como A Cidade Azul e também como A Cidade Universitária.

Também temos o privilégio de ter na nossa cidade uma universidade, o que realmente muito nos orgulha. A Unisul também faz parte da história da cidade de Tubarão. Para nós, catarinenses, é um orgulho muito grande termos a sede da Unisul na nossa cidade, pois ela tem dado um destaque muito grande à educação e também ao esporte. A Unisul aposta muito no social e com isso a cidade da Tubarão deve, e muito, a essa Universidade, pelo que realmente ela representa para a nossa cidade.

Se hoje a cidade de Tubarão está onde está, destacando-se cada vez mais, é porque, graças a Deus, temos esses parceiros que ajudam a mantê-la. E nós estamos aqui fazendo a nossa parte, buscando e defendendo a nossa cidade, a nossa região e o nosso Estado para que o nosso povo tenha uma qualidade de vida melhor.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GENÉSIO GOULART - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Quero cumprimentar V.Exa., Deputado Genésio Goulart, e dizer que Tubarão, A Cidade Azul, é uma cidade simpática, que acolhe as pessoas que chegam lá e que está sempre aberta para ajudar a região Sul. E ela ajuda de uma forma aguerrida.

Quero dizer que Tubarão tem dado muitas alegrias no futebol. Os seus times que participam do Campeonato todos os anos têm chegado com muita força. E este ano a Unisul mostrou para o Brasil inteiro o time de vôlei, que foi capaz de ser campeão. E isso trouxe muito orgulho para nós, catarinenses.

Por isso, quero cumprimentar V.Exa., Deputado Genésio Goulart, que faz um trabalho com muita responsabilidade em defesa de toda a região da Amurel, que produz muito para contribuir para o desenvolvimento do Estado de Santa Catarina. E V.Exa. tem representado, com muita competência, aquela região.

Então, quero cumprimentá-lo e também a cidade de Tubarão por ter colocado V.Exa. aqui nesta Casa para ser uma voz muito atuante em defesa daquele povo e de toda a região.

Parabéns pelo seu discurso!

O SR. DEPUTADO GENÉSIO GOULART - Obrigado, Deputado Manoel Mota, pelas suas palavras.

Realmente orgulha-me muito falar do Município de Tubarão, pelas qualidades que temos na nossa cidade, tanto no futebol, quanto na Saúde.

É com orgulho que falamos do Hospital Nossa Senhora da Conceição, que serve como modelo na Saúde do Estado de Santa Catarina. É um hospital muito bem montado e estruturado, com uma diretora muito querida e guerreira, que está sempre buscando parcerias com os Governos Estadual e Federal para uma Saúde melhor da nossa população.

E o Hospital Nossa Senhora da Conceição não é diferente dos outros e atende toda a nossa população de Tubarão e 50% da população da região da Amurel.

Então, logicamente que precisa muito ainda para Tubarão se tornar realmente um Município de muita qualidade, até porque é claro que nós nunca vamos poder fazer tudo o que a cidade precisa, pois a sua população vai crescendo e a cidade vai se desenvolvendo. Portanto, com certeza, muitas coisas ainda vão precisar ser feitas na cidade.

Mas posso dizer que, graças a Deus, com o crescimento e o desenvolvimento, muitas coisas estão aparecendo, com a ajuda dos Governos Estadual como Federal, para que realmente a nossa cidade se destaque cada vez mais.

Como disse, temos uma qualidade de vida muito boa na cidade, com uma boa Saúde e Educação. Portanto, eu só tenho que agradecer aos nossos companheiros, aos nossos parceiros e a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, procuram ajudar a melhorar a qualidade de vida na cidade de Tubarão, que, na próxima semana, estará completando 137 anos de emancipação político-administrativa, e contribuindo bastante também para a qualidade de vida da região da Amurel, representada por este Deputado.

Então, eu só tenho que parabenizar, neste momento, a cidade de Tubarão; os seus municípios; a universidade; a nossa querida Unisul, que também está completando os seus 40 anos; e o Hospital Nossa Senhora da Conceição, que também está completando 100 anos de sua existência.

Que bom que Tubarão tem muitas histórias e tomara que se desenvolva cada vez mais. Estamos aqui, como Deputados, fazendo o nosso papel em defesa, com certeza, do cidadão. Mas também aprendendo cada vez mais, junto com os nossos Companheiros, com a nossa experiência e com a nossa boa vontade de levar ao povo de Tubarão e da região Amurel uma qualidade de vida cada vez melhor.

Na próxima semana, a partir de segunda-feira, também vai acontecer, em Tubarão - e com certeza muitos visitantes haverão de estar lá -, a 15ª Produsul, que já é uma festa tradicional naquela cidade.

E gostaríamos de convidar todos os nossos queridos Deputados, bem como todas as pessoas que estão assistindo neste momento à TVAL, para que realmente compareçam no Município de Tubarão, na 15ª Produsul. Podem ter certeza de que vale a pena, pois é uma festa muito bonita e muito interessante.

No ano passado passaram por essa festa mais de 250 mil pessoas e este ano estamos esperando um número muito superior. É uma festa bastante divulgada e tradicional, na qual temos a oportunidade de mostrar a economia da nossa cidade e da nossa região.

Então, quero convidar os colegas Deputados e suas famílias, bem como todos aqueles que estão nos assistindo neste momento pela TVAL, para comparecerem, no Município de Tubarão, a partir da semana que vem, na Produsul, que se iniciará na segunda-feira, estendendo-se até domingo.

Podem ter certeza de que vale a pena participar dessa feira, e assim estarão também contribuindo para o aniversário do nosso Município, Tubarão. Como já dissemos, aquela querida cidade que nos tem orgulhado bastante, estará completando, na semana que vem, 137 anos de emancipação político-administrativa.

Graças a Deus, posso dizer que também dei, estou dando e sempre darei a minha contribuição para que aquele povo tenha uma qualidade de vida melhor. Com a nossa boa vontade e com o nosso esforço, estamos sempre buscando uma alternativa, uma parceria e lutando para que a nossa cidade cresça sempre mais.

Tubarão já foi, por muitas vezes, destaque no Jornal Nacional pelo seu desenvolvimento, pelo seu crescimento, pela sua qualidade de vida e também pelo menor índice

de mortalidade infantil. Em 1999, foi a cidade que mais se destacou no desenvolvimento, na criação de quase 4 mil novos empregos - e isso foi, inclusive, matéria do programa Fantástico.

Fiquei muito feliz porque na época eu era Prefeito e, graças a Deus, pude dar a minha contribuição com incentivos para que realmente a cidade de Tubarão, a partir daquele momento, começasse a se destacar. E foi assim que nós temos a nossa contribuição.

Como dissemos, Tubarão, por várias vezes, foi destaque em nível nacional pelo seu desenvolvimento, pela sua economia, pela boa saúde dos seus municípios, pela boa educação e pelo belo futebol que sempre tivemos. Por duas vezes tivemos o prazer, quando Prefeito da cidade, de levar o Tubarão Futebol Clube a categoria de vice-Campeão do Estado de Santa Catarina.

Sinceramente, eu me orgulho muito de falar dessa querida cidade onde nasci e ainda tenho a minha residência. Foi lá que eu casei e tive os meus filhos e é lá que tenho realmente a minha história.

Então, estou aqui apresentando aos Companheiros um pequeno relato sobre as qualidades do Município de Tubarão, sobre o que ele significa para o Estado e o que tem contribuído para o bem-estar e uma qualidade de vida melhor para o seu povo.

Concluindo, quero reforçar o convite aos nobres Deputados para participarem, na próxima segunda-feira, da abertura da 15ª Feira Regional e Estadual, como assim é conhecida, a Produsul, bem como também todos seus familiares.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o Sr. Deputado Celestino Secco, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO CELESTINO SECCO - Sr. Presidente e Srs. Deputados, assomo à tribuna neste horário para fazer o registro da coluna do Paulo da Costa Ramos, no jornal O Estado de hoje, sob o título "Angela: despedida dourada".

Diz o colunista:

(Passa a ler)

"Enquanto as chapas que concorrerão a Prefeitura de Florianópolis continuam se arrumando - com destaque para o impasse da candidatura do PMDB, já que Edson Andrino ainda não se decidiu e muito provavelmente dirá 'não' ao seu Partido, à vista da aposta quádrupla do Governador Luiz Henrique no páreo -, a Prefeita Angela Amin vai governando tranquilamente.

Aliás, Angela já disse que administrará até o último dia do seu mandato. E o está fazendo com os excelentes resultados de sempre. Anteontem, por exemplo, a Prefeitura Municipal colheu uma vitória maiúscula, ao conseguir que o Palácio do Planalto enviase ao Senado a mensagem em que avizala a cidade para obter um financiamento de US\$ 28 milhões do Fomplata, órgão financeiro multinacional que analisa projetos municipais de países que integram a bacia do Rio da Prata.

Nenhum ilhéu jamais tinha ouvido falar nesta agência. E nem poderia: a Prefeita Angela Amin sucedeu uma administração que deixou penduradas no cabide três folhas de pagamento do Município. Portanto, com crédito zero. Não poderia passar nem na calçada de um banco, quanto mais lhe apresentar projetos para financiamento.



O Governo de esquerda Grandoboppré fixou-se nos discursos de campanha, em que prometia implantar o tal 'orçamento participativo', acabando por descontrolar-se na execução do orçamento 'não-participativo', o orçamento real. Deixou escoar-se, dessa maneira, os recursos referentes a três folhas mensais, que foram pagas pelo Governo de Angola.

Atualmente, a capacidade de endividamento externo da Prefeitura Municipal de Florianópolis atinge aproximadamente US\$ 80 milhões. Pareceres técnicos acostados à solicitação da Prefeitura ao Fomplata destacam que será preciso empenhar apenas 30% de seus recursos para fazer frente ao empréstimo de US\$ 23 milhões.

Este financiamento, cujos recursos totalizarão US\$ 28 milhões com a contrapartida municipal, servirá para que a administração de Angola seja encerrada com chave de ouro. É só reparar nas obras e o que permitirão em aumento de qualidade de vida para a população da Capital.

Antes, contudo, é preciso reafirmar o trabalho metódico (e silencioso) de sua equipe neste projeto. Todos nós sabemos que o tempo de maturação de um projeto de financiamento externo é bastante longo. E que o seu objeto tem de ser muito bem explicado, tanto do ponto de vista técnico, como do referente à necessidade da obra, sua lógica, sua racionalização.

Há dois meses Angela Amin embarcou para Bogotá, juntamente com o seu Secretário Francisco de Assis, para defender junto ao Fomplata sua aprovação. Na volta, com o financiamento aprovado, não soltou nenhum foguete.

Como agora, ao desencavar do Palácio do Planalto a mensagem de aval à Prefeitura. Essa mensagem foi lida na sessão do último dia 18, terça-feira, e baixou à Comissão de Assuntos Econômicos da Casa, cujo Presidente é o Senador Ramez Tebet. O relator, já designado, é o Senador mato-grossense com raízes na Ilha, Delcídio do Amaral Gómez, ex-diretor da Eletrosul e que possui apartamento na cidade.

Portanto, reunindo as condições técnicas e políticas, Angela Amin está na véspera de marcar um gol de placa, conseguindo o primeiro financiamento internacional para a sua Prefeitura. Amanhã daremos a relação das obras que permitirão à Prefeitura uma despedida dourada do seu profícuo mandato."

Deputado Antônio Carlos Vieira, faço o registro desta matéria produzida pelo jornalista Paulo da Costa Ramos, que faz justiça ao desempenho administrativo da Prefeita Angela Amin e que o coloca também nesta condição de sucesso, já que, exercendo o cargo de Secretário de Finanças da Prefeitura de Florianópolis nos primeiros dois anos do primeiro mandato da Prefeita Angela Amin, V.Exa. teve participação e responsabilidade direta na construção de mecanismos de gestões financeira e administrativa que propiciassem à Capital dos catarinenses chegar a este momento adequado da obtenção de um financiamento da magnitude dessa agência internacional chamada Fomplata, que vai permitir que Florianópolis tenha a ampliação da sua qualidade de vida. E, mais do que isso, a ampliação das ofertas de aparelhos de infra-estrutura urbana que possam fazer com que os florianopolitanos e os catarinenses se orgulhem cada vez mais da sua Capital.

E tenho certeza de que V.Exa., Deputado Antônio Carlos Vieira, como um dos que postulam a candidatura à Prefeitura de Florianópolis, receberá, caso seja eleito e caso participe desse pleito, a Prefeitura de Florianópolis com um extraordinário projeto de administração municipal, olhado e visto a longo prazo, com índices extraordinários e espetaculares nas áreas da educação, da saúde, de investimentos públicos e de capacitação humana das pessoas para se constituir num grande pólo receptivo do turismo internacional.

Tenho certeza de que o nosso Partido vai disputar a eleição deste ano, em Florianópolis, respaldado nesse extraordinário sucesso de gestão administrativa da Prefeita Angela Amin.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CELESTINO SECCO - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Deputado, cumprimento-o pelas suas colocações e por trazer esse tema.

Quero dizer que seja quem for o Prefeito da Capital dos catarinenses a partir do ano de 2005, irá encontrar uma situação muito distanciada da situação que nós encontramos em 1997.

A situação, hoje, realmente, está sob controle, tranqüila e com investimentos já previstos em cima desse financiamento.

Portanto, como já disse, seja ele quem for, vai encontrar uma situação muito diferenciada vivida por nós em 1997.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO CELESTINO SECCO - Obrigado, Deputado Antônio Carlos Vieira.

Quero, igualmente, fazer o registro de outro nome do nosso Partido que também pleiteia a vaga à sucessão da Prefeita Angela Amin. Trata-se do ex-Deputado e atual Secretário de Obras da Prefeitura, Francisco de Assis Filho, também um nome consagrado na administração da Prefeita Angela Amin pelo extraordinário trabalho de planejamento e de reestruturação dos códigos de obras, dos códigos de postura e da parte infra-estrutural da capital dos catarinenses.

Creio que é de justiça fazer esse registro, já que por duas vezes nesta semana, em forma de deboche, um Parlamentar veio aqui - não tendo outro assunto a falar - para se referir de uma forma menos honrosa e menos delicada a quem muito fez por Florianópolis e por Santa Catarina nos últimos sete anos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o Sr. Deputado Pedro Baldissera, por até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, nesta manhã, no momento em que antecede à vinda ao Estado de Santa Catarina do Presidente Nacional do Partido dos Trabalhadores, José Genoíno, ocupo o espaço do Partido para trazer presente esse trabalho importante e estratégico que ele está realizando nos diferentes Estados do nosso País.

Aliás, diga-se de passagem, um trabalho que o Partido dos Trabalhadores, historicamente, tem feito em todos os momentos, nos mais de 20 anos de existência, tentando, desta forma, consolidar o projeto de construção político-partidária, de participação das bases, ouvindo a própria base no encaminhamento de todo e qualquer tipo de ação.

O Presidente Nacional tem marcado, constantemente, a sua presença, no sentido de trazer presente a situação nacional em que se vive, fazendo uma análise mais profunda da conjuntura nacional na qual estamos submetidos a viver.

Além de trazer essa realidade presente e de compartilhá-la com os filiados e o Partido nos diferentes Estados, tem trazido também, nas suas manifestações, as ações do Governo Federal, no sentido de buscar junto às bases o respaldo para a implementação de diferentes políticas que contemplem a grande maioria da sociedade brasileira.

E não poderia ser diferente na conjuntura eleitoral em que vivemos, às vésperas de mais uma eleição municipal. É claro que, enquanto Presidente Nacional do Partido, não poderia deixar de trabalhar, de debater, junto à Executiva Estadual e à Bancada do Partido dos Trabalhadores, as possíveis alianças dos diferentes Municípios do nosso Estado.

Nesse sentido, gostaria de dizer também que, historicamente, o Partido dos Trabalhadores tem marcado, defendido e construído alianças com Partidos que se identificam com o seu projeto, com Partidos que, historicamente, têm sido do campo da esquerda.

É claro que neste momento nós, em nível de Estado, também queremos reafirmar o compromisso do Partido dos Trabalhadores com esse mesmo campo de esquerda, para solidificar o Governo em nível de União e para tirar um pouco também, Deputado Afrânio Boppré, daquela imagem distorcida que vem marcando muitas vezes a mídia falada e escrita, mostrando que a Bancada do Partido dos Trabalhadores do Estado de Santa Catarina está prestes a ser enquadrada.

Nós não temos ninguém para ser enquadrado. Esse é um termo colocado exatamente para criar divisões que não levam absolutamente a nada. E nós somos testemunhas de que nesta Casa, Deputado Afrânio Boppré, em 99,9% das nossas votações, coisa rara neste País, a nossa Bancada votou de maneira unânime.

Então, essa imagem retratada na mídia não é a realidade e a verdade que nós vivemos e confrontamos no dia-a-dia. É claro que na Bancada do Partido dos Trabalhadores ninguém pensa igual - e não queremos isso. Já pensaram se numa Bancada de nove Deputados, a maior Bancada da história desta Casa, todos tivessem o mesmo modo de pensar e de agir? Não teria sentido a nossa história e a nossa caminhada. Isso é próprio do ser humano. O pensamento diferente enriquece a Bancada, o Partido, a sociedade, e é isso que nós queremos! Nós somos seres humanos com dons, com qualidades e com talentos diferentes uns dos outros!

Por isso, estamos aguardando esse momento importante da vinda do nosso companheiro José Genoíno exatamente para termos um momento forte e histórico no ano do encontro, de reflexão e de debate, tendo em vista que temos como ponto básico e fundamental a qualidade de vida de todo o ser humano.

O Sr. Deputado Afrânio Boppré - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Pois não!

O Sr. Deputado Afrânio Boppré - Deputado Pedro Baldissera, inicialmente, gostaria de dizer que V.Exa. traz ao Plenário da Assembleia Legislativa um tema extremamente importante, que é a visita do Presidente Nacional do nosso Partido, o companheiro José Genoíno.

Eu gostaria de que todos os Partidos que têm expressão política nesta Casa vez ou outra convidassem as suas lideranças nacionais, os seus Presidentes nacionais para que também viessem discutir com as suas respectivas Bancadas. Por que não o Partido Progressista chamar o seu Presidente Nacional, ou o PFL ou o PMDB? Isso é importante porque as Bancadas Estaduais estão sempre articuladas com a política nacional.

Então, para nós, do PT, é uma honra que o companheiro José Genoíno venha a Santa Catarina. Ele será muito bem recebido, até porque, diferentemente do que diz a imprensa que ele vem para provocar a cizânia, para trazer a separação, o racha, das Bancadas, o Presidente Nacional do PT vem numa missão de paz. Ele virá para aglutinar a nossa Bancada, para trazer informações e para motivar a Executiva Estadual do PT e o nosso Diretório Estadual, e, evidentemente, para preparar, inclusive, a vitória do nosso Partido nas eleições de 2004.

Tive a oportunidade, na semana passada, de participar da Conferência Nacional do PT, que foi realizada em São Paulo e presidida por José Genoíno. Isso, sem sombra de dúvida, traz uma preocupação para os nossos adversários, pois o nosso é um Partido que se organiza, um Partido que se mobiliza e que se prepara para fazer o grande debate na eleição de 2004.

Então, V.Exa. traz à Assembléia Legislativa no dia de hoje esse tema que nós temos que colocar na vitrine do nosso Partido. Essa integração política nacional e estadual do Partido dos Trabalhadores é muito importante.

Quero aproveitar a oportunidade para parabenizar V.Exa. como Líder da nossa Bancada, que vem fazendo um trabalho muito importante de condução das nossas atuações Parlamentares aqui na Assembléia Legislativa, com responsabilidade, com estatura, com altivez e com equilíbrio. Quero, de público, parabenizá-lo por sua atuação!

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Eu agradeço, Deputado Afrânio Boppré. E quero compartilhar com os demais Deputados do Partido nesta Casa esse momento importante que a nossa Bancada e a Executiva Estadual estão vivenciando neste momento.

O Sr. Deputado Dionei Walter da Silva - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Pois não!

O Sr. Deputado Dionei Walter da Silva - Deputado Pedro Baldissera, quero cumprimentar V.Exa. em função do tema que aborda, no que se refere à importância de um Partido Político na vida da sociedade. É nos Partidos que os Parlamentares estão, é neles que são feitas as discussões, os programas e as propostas. Além disso, é através dos Partidos que se dá a execução do que é proposto, programado.

O nosso Partido é uma agremiação partidária com princípios, com um Estatuto Nacional; é um Partido de âmbito nacional. Eu penso que a visita do Presidente Nacional do PT deveria ser mais freqüente, para estarmos conversando, dialogando sobre as questões de interesse nacional que envolvem Santa Catarina, que envolve os Municípios catarinenses, que é onde as pessoas residem e onde as políticas que o Governo da União prepara precisam chegar.

Nesse sentido, o Partido dos Trabalhadores está de parabéns, inclusive pela figura que é o ex-Deputado José Genoíno, figura inquestionável em todos os Partidos e um dos mais brilhantes Parlamentares que já passaram pelo Congresso Nacional.

Ele vem a Santa Catarina discutir com grandeza, que é o que o nosso Partido merece, e sua presença representa uma valorização da nossa Bancada, que é a maior Bancada da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, que cada vez mais vai-se unir, vai ganhar forças e fazer valer a sua grandeza de valores.

Meus parabéns, Deputado!  
O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Muito obrigado, Deputado Dionei Walter da Silva.

Gostaria de reforçar, Deputado Paulo Eccel, que o momento que o Partido dos Trabalhadores vive é um momento extremamente importante, significativo. Estamos com um ano e quatro meses de Governo Lula e acho que muitas ações têm acontecido em nível nacional.

Nós acompanhamos um pouquinho a mídia, no dia de ontem, no que tange à corrupção que está presente no setor público, que aos poucos vem à tona e contra a qual o Governo Federal toma as atitudes necessárias para estancar esse mal que corrompe, que destrói e que não permite que tenhamos mais políticas públicas visando que os cidadãos tenham uma qualidade de vida melhor.

O Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva aos poucos vai dizendo a que veio e acho que o aspecto do estancar a corrupção ou, pelo menos, ter essa direção, sem dúvida alguma já justifica sua eleição.

Mas, antes de concluir, gostaria de reforçar os aspectos já levantados e de dizer que nós, com muito orgulho, vamos receber a visita do nosso Presidente Nacional, José Genoíno, no dia de hoje.

Muito obrigado!  
(Palmas)  
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos os próximos minutos são destinados ao PSDB.

(Pausa)  
Na ausência de representantes do PSDB, os próximos minutos são destinados ao PFL.

Com a palavra o Sr. Deputado Antônio Ceron, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CERON - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nós, do PFL, somos privilegiados, Deputado Afrânio Boppré, não precisamos trazer a liderança maior de Brasília, São Paulo, para conviver conosco.

Temos o privilégio de ter aqui no Estado o grande Líder do PFL, que hoje não é só Líder maior do nosso Partido, mas o Líder das Oposições em nível nacional.

Quem diria, Deputado Paulo Eccel, que o PFL não saberia viver fora do poder. Está o nosso partido dando exemplo, pela liderança do Senador Jorge Bornhausen, como se faz oposição sem rancor, sem "fora Lula! Governa Lula". Como a exemplo do artigo de ontem do nobre Senador: "Governo Lula não consegue enxergar a realidade brasileira".

O dado é do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: para 85% das famílias brasileiras, os rendimentos mensais não são suficientes para arcar com todos os seus gastos.

Para o Presidente do PFL, Senador Jorge Bornhausen a pesquisa tem de servir de alerta para o Governo Lula reflita e mude o seu comportamento agora na discussão sobre o salário mínimo.

Mas quero falar hoje, seguindo o que o Deputado Celestino Secco falou aqui sobre a sua Florianópolis, sobre a minha Lages, Deputado César Cim.

A cidade de Lages que V.Exa. conhece tão bem, porque conviveu, fez amigos, mas mais que isso, deu a sua participação profissional e humana, deixando lá uma marca muito forte, lembrada pela comunidade, principalmente pelas pessoas que tiveram que recorrer a V.Exa.

Quero hoje falar de Lages, o dia em que, no início da noite, o Prefeito João Raimundo Colombo estará entregando à comunidade serrana, à comunidade lageana mais uma obra muito importante, dentro daquele espírito de projeto maior, de preparar Lages, o seu perímetro urbano, para o desenvolvimento.

Ele entrega à Lages e à comunidade serrana, até porque essa obra beneficia diretamente a população de Paineis, Urupema, São Joaquim, Bom Jardim, quem vem ou quem vai ao Sul do Estado, a estrada Presidente Vargas, Plínio Lirsen e ainda parte da rua da Penha, que dá acesso à São Joaquim.

São mais de cinco mil metros de asfalto, com construção de ponte, galerias, sem nenhum centavo a Fundo Perdido do Governo do Estado ou do Governo Federal. São recursos da Prefeitura Municipal de Lages ou com financiamentos bancados e assumidos pela administração João Raimundo Colombo. O investimento está orçado em mais de R\$ 5 milhões.

Falo com muito orgulho porque no momento, Deputado Reno Caramori, a grande maioria dos Estados e Municípios não têm dinheiro para os seus compromissos elementares - folha de pagamento, manutenção e conservação de estradas.

A Prefeitura de Lages, que não é uma ilha nem dentro do Estado nem dentro do País, que tem dificuldades de arrecadação e tem compromissos muito grandes que demanda da sociedade em todas as áreas: saúde, educação, etc., consegue atender, e bem, e ainda investir em infra-estrutura.

Quem, a partir da outra semana, der o privilégio a nós, lageanos, de sua visita, será bem recebido. Já antecipamos o convite que faríamos aqui com a nossa rainha e princesas, juntamente com o pessoal que coordena a Festa do Pinhão, de Lages. Antecipamos hoje esse convite, mas ele será ratificado aqui na próxima quarta-feira.

Os senhores verão uma Lages mais alegre, com seu povo recuperando a auto-estima; uma Lages bonita, não uma Lages em que o povo estava cabisbaixo, vendo seu futuro fugir depois de anos de descrédito.

Hoje o lageano tem esperança de dias melhores; recuperou a auto-estima. É evidente que toda a sociedade contribuiu. É evidente que as mais de 160 mil pessoas que vivem em Lages ajudaram, tiveram participação e um mérito muito grande na recuperação, em todos os aspectos. Mas o grande condutor e incentivador desse processo é, sem sombra de dúvida, o nosso grande e dinâmico Prefeito Municipal João Raimundo Colombo.

Na área da saúde, Deputado César Cim, hoje são 27 equipes do PSF. Lages tem hoje mais de 120 médicos contratados pela Prefeitura Municipal para prestar serviço à sua população. São 400 agentes de saúde visitando mais de 50% dos domicílios. Das 40 mil casas de moradia que Lages tem, mais da metade, no mínimo uma vez por mês, recebe a visita do enfermeiro, do agente e, quando caso requer, há médico para que tenha um atendimento de saúde da mais alta qualidade.

Foi compromisso de campanha do Prefeito Raimundo Colombo a entrega, a disponibilização à comunidade de quatro postos de saúde 24 horas, para que pudesse ter um efetivo mais forte de atendimento no momento em que o operário, o comerciário não está trabalhando, depois das 18h. Dois deles já estão em amplo funcionamento e outros dois em vias de ser entregue à comunidade.

É na educação que o PFL sempre teve um ponto forte da sua bandeira ideológica e programática. O Prefeito Raimundo Colombo fez uma verdadeira revolução em Lages, no campo pedagógico, não só na questão da estrutura física, pois recebeu a rede escolar totalmente sucateada, mas quanto ao apoio humanitário. Aqueles mais de 17 mil alunos que freqüentam a rede pública municipal (a grande maioria vem de família humilde) tiveram no ano passado, além do apoio pedagógico e da estrutura física, um abrigo.

Este ano, quando o inverno se aproximará, cada aluno da rede municipal receberá um tênis, para reforçar as condições de ele ter um bom aprendizado.

Mas é no campo econômico a grande transformação que Lages está colhendo. São novas empresas, ampliações das existentes e a integração da nossa universidade, preparando a atual e a próxima geração para novos empreendedores na nossa cidade.

Faço esse registro, Srs. Deputados, nesta quinta-feira, pela manhã, com muita alegria, no momento em que se convive, geralmente, com um clima de perspectivas negativas.

Graças a Deus e às pessoas de bem que estão ajudando a transformar aquela cidade vemos no semblante, no rosto de cada pessoa a esperança de que Lages está se recuperando. Lages já foi a cidade mais forte, política e economicamente, do Estado de Santa Catarina, e agora está muito célere, recuperando o tempo perdido.

Com a graça de Deus e a cooperação de todos os lageanos, e sob a batuta desse grande líder João Raimundo Colombo - e Santa Catarina ainda vai ouvir falar muito dele no futuro -, Lages volta para o mapa das cidades que vão ajudar a decidir e a construir o grande futuro para o nosso Estado, para a nossa querida Região Serrana e, especialmente, para a cidade de Lages.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Títton) - Gostaríamos de cumprimentar o Prefeito Alcides Mantovani, da nossa querida Zortéa, juntamente com o seu secretário Marcelo e presidente do PMDB, que nos visitam no dia de hoje. Sintam-se à vontade em nossa Casa.

Passaremos a Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica ainda que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações nºs 126/2004 de autoria dos Líderes do PP e do PFL e 127/2004, de autoria do Deputado Nilson Gonçalves, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Sobre a mesa requerimento de autoria do Deputado Cesar Souza, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito e ao Presidente da Câmara Municipal de Lages, parabenizando-os pelo aniversário do Município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Cesar Souza, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito e ao Presidente da Câmara Municipal de Pouso Redondo, parabenizando-os pelo aniversário do Município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Presidente do Lions Clube de Braço do Norte, cumprimentando-o pela realização do bazar de roupas, destinado a arrecadar recursos para viabilizar as atividades sociais do clube.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Reitor da Unisul, congratulando-o pela realização do projeto "Um dia na Unisul".

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Padre Raimundo Ghizoni, manifestando votos de pronta recuperação em razão do enfarto sofrido.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Coordenador da 16ª UNIT/DNIT, pedindo participação financeira da reforma e ampliação da guarita existente no posto da Polícia Rodoviária Federal, na BR-101, no Distrito de Pirabeiraba, em Joinville.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria da Bancada do PP, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Governador do Estado, pedindo medidas no sentido de evitar a intenção anunciada pelo Hospital São Miguel, de São Miguel do Oeste de descredenciar-se do SUS.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Secretário da Receita Federal do Ministério da Fazenda e ao Delegado da Receita Federal em SC, solicitando providências para reabrir a Agência da Receita Federal em Laguna.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do Sr. Deputado Paulo Eccel, a ser enviado ao Secretário da Educação e Inovação contendo quesitos a respeito de contratação de professores ACTs.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do Sr. Deputado Paulo Eccel, a ser enviado ao Sr. Secretário da Educação e Inovação, contendo quesitos a respeito de laboratórios adquiridos pelo Governo do Estado.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, Deputado Manoel Mota, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. Presidente e Srs. Deputados, gostaria de registrar a presença nesta Casa do Vereador Luiz Pereira, do Município de Sombrio, uma grande Liderança, que veio a nossa Capital pedir apoio às empresas da nossa região.

A nossa região tem sofrido com ciclone, que destruiu totalmente o Vale do Araranguá, destelhando casas, destruindo empresas.

No primeiro momento os Poderes Públicos da região atenderam a questão social, das casas populares, mas as empresas ainda estão com dificuldades. O furacão trouxe um prejuízo incalculável, como para a empresa Turati, de Sombrio, que estava saindo de um pavilhão antigo para um novo, mas não conseguiu trabalhar porque o prédio desabou - e era um prédio com mais de 3.000 quilômetros quadrados. E uma outra, inaugurada recentemente, o telhado foi levado para cima de uma outra empresa.

O prejuízo da nossa região ainda é muito grande. Foi por isso que o Vereador Luiz Pereira, essa liderança com vários mandatos, veio aqui reivindicar uma mobilização junto ao Badesc, ao BRDE, ao Banco do Brasil, para atender esses empresários que geram empregos, que produzem, que pagam seus tributos, que servem ao Governo do Estado e ao Governo Federal. Temos certeza de que serão atendidos.

Depois do furacão, ainda veio a enchente, que pegou no contrapé. Em muitas empresas que não estavam com os telhados totalmente refeitos, foram molhados os equipamentos, máquinas e matéria-prima, alastrandando ainda mais o prejuízo na nossa região.

Com certeza vamos, com muita atenção, cooperar no atendimento àquela região, a mesma região que também tem sofrido demais com a BR-101, que já estava ruim, agora, com essas últimas cheias que aconteceram no Sul de Santa Catarina, está totalmente destruída.

Por mais que o nosso 16º Distrito possa realizar obra de recuperação que tapa buraco e não consegue, porque são demais os buracos, não tem como tapar todos, e aí é pneu furado, é caminhão quebrando mola, e o prejuízo é enorme.

Se uma rodovia foi feita para circular dois mil veículos e hoje passam 50 mil veículos, evidentemente que cada vez mais acontecerá acidentes, porque tem que se defender dos buracos e o risco é maior. Então, é uma reclamação total. E nós esperamos que o Governo de Santa Catarina cumpra com o compromisso que assumiu conosco. A própria Bancada do PT, em Brasília, assumiu um compromisso para que sejam iniciados, no mínimo, dois lotes, agora, a partir do segundo semestre de agosto.

E nós estamos esperando que essa fumaça se transforme em luz e tenhamos de fato e de direito o início da BR-101, porque ninguém agüenta mais. Quando falamos em paralisação de estrada, o pessoal já fica tremendo, porque sabe que cada vez é mais prejuízo. Mas de repente nós não temos outro instrumento a não ser tomar medidas duras, radicais, para fazer com que as autoridades federais entendam que essa obra é fundamental.



Essa obra é um corredor do Mercosul, por essa obra escoar toda a nossa safra, a nossa produção, que alimenta todo o Brasil, é o Rio Grande do Sul, é Santa Catarina, que ajuda e contribui para alimentar este País.

É a BR-101, hoje, eu a chamo não de estrada da morte, mas de roleta russa, porque morre um agora e já se fica pensando qual será o próximo. É assim que é chamada a nossa BR-101, atualmente.

Por isso estamos aguardando essa decisão, que é fundamental. Temos hoje duas Comissões que estão tratando deste assunto. A Comissão Permanente de Acompanhamento, que está aguardando, ansiosamente e a Comissão dos Vereadores. Vinte e quatro Câmaras de Vereadores, numa marcha de 340 quilômetros, vieram de Osório até aqui. E eu tive a honra de participar de 260 quilômetros a pé, mobilizando toda a imprensa, a sociedade, chamando a atenção do Governo, a fim de obtermos essa obra.

A ida a Brasília foi fundamental, porque conseguimos reverter o processo ambiental do Tribunal de Contas da União. Hoje, podemos dar início a essa obra tão esperada não só por Santa Catarina, como pelo Rio Grande do Sul, Paraná, que tem sido solidário conosco em todos os momentos. Por isso estamos aguardando ansiosamente.

Quero aqui, também, dizer o seguinte: hoje, temos um Governo preocupado com todo o Estado. Por isso, há oito dias, ele viajou para a Rússia, que está abrindo cada vez mais espaço para Santa Catarina, já que compra de nós uma grande produção de suíno e de frango. E na Rússia o nosso Governador também visitou muitas empresas, na perspectiva de trazer até para cá uma montadora de carros. Foi também para a Inglaterra visitar e abrir campos para o Estado.

E o Governador acabou de chegar da viagem. Com certeza, trará muita novidade para o Estado. Porque conhecemos a liderança do Governador Luiz Henrique da Silveira, que não é só um líder estadual, é um líder nacional, é um homem que abre espaços e portas neste mundo afora. Por isso tenho a convicção de que vai trazer para Florianópolis e para Santa Catarina muita novidade.

E ele terá, às 11h30min, uma transmissão de cargo, uma coletiva à imprensa, mas depois, com certeza, as novidades virão para Santa Catarina.

Hoje, o Governador descentralizou o seu governo para poder ficar livre, viajar por este País, viajar pelo mundo inteiro, buscando alternativa para desenvolver o nosso Estado, para gerar empregos, gerar renda, gerar desenvolvimento e melhorar a qualidade de vida do nosso povo, que este é o compromisso do Governador Luiz Henrique, este é o compromisso que abraçamos, neste Parlamento, durante esses 22 anos de vida pública.

Por isto, com certeza, Santa Catarina, hoje, terá novidade, porque temos um Governo que representa legitimamente este Estado, com a aspiração de querer buscar aquilo que é melhor para Santa Catarina.

Então, nós temos certeza de que hoje a novidade chegará até aqui. Mas o Governador foi até criticado, Deputados César Cim, pelo Deputado Joares Ponticelli, que falou que ele estava buscando sucata de fora, ou seja, a montadora Lada para Santa Catarina.

Para quem é acostumado com Pajero, é outra história. Agora, o povo não vive com esse tipo de carro. Ele precisa de carro barato, e é isto que o Governador vem fazendo, atendendo o social, atendendo o trabalhador.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Rogério Mendonça, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, primeiramente gostaria de saudar o meu amigo Vereador do Município de Otacílio Costa, que está nos visitando, com muita alegria e satisfação.

Mas, Srs. Deputados, o motivo que me faz usar a tribuna, nesta manhã, diz respeito a uma duplicação de uma rodovia, não da BR-101 Sul, que o Deputado Manoel Mota tanto fala, mas em relação, Deputado Reno Caramori, à BR-470.

Ontem, César Cim, estive reunido no Município de Apiúna, no Vale do Itajaí, o Conselho da Região Metropolitana do Vale do Itajaí, para discutir a duplicação da BR-470 e o que fazer com essa rodovia.

Lá foram feitos muitos questionamentos. Um deles seria saber se essa rodovia continuaria sendo o principal meio de transporte, de escoamento da produção do Oeste de Santa Catarina, do Vale do Itajaí, porque nela estão ocorrendo muitos acidentes, onde muitas pessoas estão morrendo. Evidentemente que foi respondido que a rodovia não poderá continuar como está.

Perguntou-se também se há recursos federais e estaduais para essa duplicação. Parece que não, até porque a BR-101 Sul é muito mais prioritária que a BR-470. Mas também estamos tendo dificuldade de achar uma solução para ela, devido à falta de recursos e de outros problemas.

E nessa reunião do Conselho da Região Metropolitana do Vale do Itajaí, onde estavam presentes o Presidente do Conselho, o Superintendente e outras lideranças, como Prefeitos, Vereadores, empresários, a fim de discutirem essa situação, todos reconheceram que ela não pode continuar como está. E, ao mesmo tempo, reconheceram, também, Deputado César Cim, que sem pedágio não tem como fazer a duplicação. Hoje não tem pedágio, mas também não tem duplicação. E se formos esperar recursos federais, talvez só daqui a 20, 30 anos possamos ter a nossa rodovia BR-470 duplicada.

Eu lhe pergunto, Deputado César Cim, que defende com muita garra os interesses do Vale do Itajaí nesta Casa: a população que usa essa rodovia, os meios de produção, os setores produtivos da agricultura, o comércio e a indústria vão poder esperar 20 anos por essa duplicação? Com certeza que não.

Como existe prioridade maior naquele trecho entre Indaial e Blumenau, poderíamos consertar com uma terceira pista nos locais mais críticos, mas só isso não basta.

Estão sendo também anunciados recursos para a ratificação da rodovia, mas só isso não basta. Foi aprovado, recentemente, nesta Casa e no Congresso Nacional, o PPP, que não é o seu Partido, Deputado Reno Caramori, mas é a Parceria Pública Privada, para, quem sabe, resolvermos essa situação.

Recentemente, estive em Blumenau também participando de uma audiência pública, em que se discutia isso e eu tive a coragem de dizer que na situação que está eu defendo o pedágio, sim.

Lembro que o Senador Leonel Pavan me falou que estava sendo muito corajoso ao dizer que sou favorável ao pedágio, pois a grande maioria não quer saber do pedágio. Mas não existe outra solução a não ser o pedágio.

Mas entendo, também, que deve haver uma parceria, no sentido de que ele seja feito por um valor razoável e não por um valor astronômico, como estava sendo discutido antes, no Governo de Paulo Afonso, com a participação da iniciativa privada. E além do valor acessível, que esse pedágio possa ocorrer, sim, após a duplicação e não antes como se queria.

Uma outra proposta que existe, Deputado César Cim, segundo empresários do Rio do Sul, é a de fazer uma rodovia alternativa, saindo de Rio do Sul até Navegantes, totalmente entregue à iniciativa privada, permitindo ir em até uma hora de Rio do Sul a Navegantes. É uma alternativa, mas independente da alternativa que nós venhamos a utilizar, não pode, Deputado César Cim, continuar como está aquela rodovia.

Urgem medidas urgentes no sentido o que será feito, porque senão a economia do Oeste, do Vale ficará lá atravancada. Mortes nós teremos e danos não só materiais como irreversíveis para muitas pessoas.

Por isso, Deputado César Cim, nós, através da Assembléia, temos a responsabilidade de, como representantes do Vale do Itajaí, a cada dia, a cada semana, levantar os problemas da rodovia, a fim de que se busque uma solução.

O Sr. Deputado César Cim - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Pois não!

O Sr. Deputado César Cim - Muito obrigado, Deputado Rogério Mendonça.

Inicialmente, quero cumprimentá-lo pela forma como V.Exa. coloca o assunto, que é tão importante para nós que vivemos no Médio Vale do Rio Itajaí, que é a duplicação da BR-101, e para quem convive no litoral, no Sul e no Norte do nosso querido Estado de Santa Catarina.

V.Exa. colocou muito bem o posicionamento: se não há outra alternativa, vamos abraçar aquela que vai resolver o problema enfrentado pela nossa sociedade, pela nossa população, pelo nosso produtor, por quem gera riqueza, pelo nosso turismo. A duplicação da SC-470 é fundamental, é o tônico, é a vida para que a nossa região possa continuar a representar para Santa Catarina aquilo que já representou.

Seria um prêmio, uma forma de agradecer ao povo pela sua luta, pela luta daquela gente que tanto tem trabalhado, tem tanto contribuído.

É lamentável, é triste que se tenha que chegar a uma conclusão dessas. Agora, se vamos ter que cobrar pedágio, que ele seja cobrado depois da rodovia terminada. É impossível imaginarmos, conjecturarmos que se vá impor à sociedade, que tanto tem colaborado com os seus tributos, como colabora a sociedade produtora do Vale do Rio Itajaí, mais uma impingência dessa natureza; que se vá pagar duas vezes. E nós já pagamos através dos tributos, através das incidências dos impostos para ser ter um automóvel aqueles recursos necessários à duplicação.

Agora, se tiver que ser cobrado o pedágio, que se cobre depois de ela estar em perfeitas condições, para que nós, diante dessa nova situação, possamos justificar essa atitude. Mas tenho certeza de que vai dar certo, Deputado Rogério Mendonça. Não há como não dar certo uma situação que é encampada também pela iniciativa privada.

Dada a exiguidade do tempo, quero, mais uma vez, cumprimentá-lo e pedir vênha para fazer minhas as palavras de V.Exa. e me colocar à disposição, para que possamos dar este retorno àquela comunidade que tanto tem feito e que tanto merece. Porque a nossa prioridade, na região do Vale do Rio Itajaí, é, sem dúvida alguma, a duplicação da BR-470.

Muito obrigado a V.Exa. pela oportunidade.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Deputado César Cim, agradeço a V.Exa. pela sua participação, até porque sabemos que tem pautado sua vida pública, não só como promotor, mas como político, na defesa do consumidor. Portanto, a sua opinião é realmente muito importante.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado César Cim - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado César Cim.

O SR. DEPUTADO CÉZAR CIM - Sr. Presidente, gostaria de registrar, nesta Casa, a presença do Prefeito Décio Lima, da cidade de Blumenau. É um Prefeito que tem dado uma nova dinâmica à administração da nossa cidade, que tem resgatado a auto-estima do blumenauense e que tanto tem feito em benefício da nossa comunidade.

Quero dizer a ele que a sua presença é sempre bem-vinda a esta Casa, e que é um orgulho para nós, Deputados, principalmente, no meu caso, e da sua esposa, Ana Paula Lima, que representam Blumenau, e do Deputado Rogério Mendonça, que representa a região do Vale do Rio Itajaí.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Fica registrada, então, a presença do Prefeito Décio Lima a esta Casa. E esta Presidência também o saúda.

Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Reno Caramori, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. Presidente e Srs. Deputados, ouvindo atentamente o pronunciamento dos Srs. Deputados que me antecederam, resolvi inscrever-me para fazer, desta tribuna, alguns comentários a respeito.

Raul Sartori, renomado jornalista, é muito inteligente e tem boa memória até para as lembranças.

(Passa a ler)

"Montadora: É louvável o esforço de Luiz Henrique da Silveira para trazer a montadora russa Lada para Santa Catarina. Mas por que o Governo não mais incentivou e nem tocou no assunto da TVR, a montadora inglesa que tanto mostrou esforço para se instalar em Joinville? Até agora nada passou de boatos e de boas intenções."

Srs. Deputados, essa história revivi aqui, no Governo Paulo Afonso, quando ele fez uma viagem para o exterior, uma viagem significativa, de alguns dias. E no seu retorno, veio a esta Casa trazendo uma notícia brilhante: "Conseguimos fazer um acordo e vamos trazer para Santa Catarina uma fábrica de bateria".

Fábrica de bateria, para quem conhece um pouquinho, dá-se em qualquer fundo de quintal, e é o que mais tem no Brasil e no mundo.

E o Governador Paulo Afonso trouxe uma grande novidade, uma fábrica de bateria.

Por favor, Governador, vamos tentar rever a situação da TVR, uma montadora inglesa, renomada! E vamos deixar de lado aquilo que já veio. A Lada, Deputado César Cim, não presta para o Brasil!

Nós temos a prova, pois esses carros já foram importados por algumas importadoras e quebraram, porque o produto não é de boa qualidade.

Não sou *expert* em automobilismo, mas tenho uma vida calçada em cima de veículos, de caminhões, tenho um certo conhecimento e por isso tenho obrigação de informar os que têm menos conhecimento de qualidade de veículos.

Por isso, Deputado Rogério Mendonça, nós temos que colocar os pés no chão, vamos incentivar as indústrias que temos no Brasil, vamos dar condições para uma Ford, uma Chevrolet, uma Volkswagen, que já tentaram várias vezes interiorizar as suas unidades de fabricação.

Mas eu leio aqui: "Muro das lamentações".

Na verdade, eu daria o título de Muro das Constatações, meu amigo Raul Sartori.

(Passa a ler)

"Pelo que se notou, ontem, na reunião de dirigentes das Federações das Indústrias dos três Estados do Sul, com 77 Deputados Federais e nove Senadores que representam a região no Congresso Nacional, todos decoraram muito bem e arquivaram na consciência, porque foi inesquecível, o interessante levantamento realizado pela Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc), constatando que Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul acumularam, de 1999 a 2002, um superávit de US\$ 19,1 bilhões em exportações, o maior entre as cinco regiões brasileiras. Porém, no mesmo período, os três receberam apenas US\$1,14 bilhão em investimentos federais, o segundo menor entre as cinco regiões. O resultado está aí: há um colapso na infra-estrutura, especialmente de transportes, ameaçando o desenvolvimento."

Deputado Rogério Mendonça, V.Exa. há pouco fazia um comentário a respeito da SC-470, mas não vamos nos ater a ela, porque estamos preocupado com a BR-101, com a SC-470, com os segmentos da BR-116 e com a rodovia 280.

Ontem, a Deputada Simone Schramm fez um apelo para que o Governo Federal olhe um pouco mais para a situação do transporte brasileiro. As nossas exportações são feitas 90% por via marítima, mas nós não temos acesso à rodovia 280 que nos leva ao Porto de São Francisco. É uma calamidade!

O Porto de São Francisco necessita de R\$20 milhões, mas pelo volume de arrecadação daquele porto R\$20 milhões não significam nada, Deputado Romildo Titon. São necessários apenas R\$20 milhões para fazer novos berços atracadouros, a fim de que o nosso exportador catarinense tenha condições de pegar a sua mercadoria aqui produzida e colocar com maior rapidez na Europa, nos Estados Unidos, no Canadá e na China.

Lemos, hoje, na imprensa que a China está preocupada em exportar. Gostaria que nós nos preocupássemos em exportar mais para a China do que a China exportar para o Brasil. Sabemos que o produto chinês, perdoem os chineses, não são bons, porque se comprarmos um jogo de chave mecânica e atarracharmos o parafuso na roda de uma bicicleta, vamos vermos quanto ela vai durar.

É um produto que o Brasil tem, em milhões de percentuais, melhor do que nas importadas! Vamos valorizar o nosso produto, como a lanterna, o isqueiro, o canivete e assim por diante, porque é o que vem da China. São coisas insignificantes para o mercado brasileiro. Tudo isso repercute no levantamento feito pela Fiesc.

Nós não exportamos mais porque não temos estradas em perfeitas condições. Temos falta de *containers* para acomodar mercadoria para chegar até o porto e ser embargada para os países consumidores. Isto é o fim da picada!

Se falarmos em rodovias, é o caos. Caminhoneiros que procuram evitar frete para transitar na BR-101, Deputado João Henrique Blasi, no sentido Palhoça, até a divisa do Rio Grande do Sul. Muitos preferem deixar o seu caminhão parado do que pegar um frete que não lhes dê um rendimento muito grande, que lhe possa frente ao estouro de pneus, a quebra do caminhão, na buraqueira da BR-101.

Tudo isso vai oprimindo o mercado que nós temos no Estado de Santa Catarina, que serve de exemplo para o Brasil e para o mundo de mercadorias de primeira qualidade. E hoje não podemos exportar a nossa produção, gerando desemprego, porque nenhuma empresa suporta dois, três, quatro, cinco, seis meses com a sua mercadoria estocada, lotando os seus armazéns, pois não tem condições de exportar a sua mercadoria.

Pedido não falta, Deputado Nilson Machado! As nossas empresas recebem pedido todo dia, mas nós precisamos cumprir com a entrega da mercadoria, senão aqueles importadores de fora vão buscar o produto em outros países concorrentes com o Brasil, porque entregam no prazo predeterminado.

Por isso, Srs. Deputados, nós fazemos, mais uma vez, um apelo ao Governo Federal, aos nossos homens responsáveis por essa viabilidade, no sentido de mostrarmos que Santa Catarina produz e exporta.

Não adianta nós chorarmos o leite derramado, nós precisamos, sim, industrializar...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Esta Presidência gostaria de cumprimentar e desejar boas-vindas ao Grupo de Mães Perpétuo Socorro, do Município de Blumenau, que nos visita no dia de hoje.

O Sr. Deputado César Cim - Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado César Cim.

O SR. DEPUTADO CÉZAR CIM - Gostaria de registrar, com muita satisfação e com muita emoção, a presença destas senhoras que tanto têm feito por Blumenau, no Clube de Mães Perpétuo Socorro, e também do nosso Sindicato dos Servidores Públicos Municipais.

(Palmas)

Todas vocês merecem um aplauso, porque têm dado esse carinho de mãe nos seus lares, lutando e trabalhando também fora do lar, propiciando aos homens que possam exercer a sua atividade.

Esta Casa se sente honrada com a presença de vocês. Sintam-se à vontade, voltem sempre que for possível, tenham uma boa estada em Florianópolis e que Deus acompanhe a viagem de lazer que estão fazendo.

Muito obrigado a todas pela sua presença!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Esta Presidência gostaria de reforçar o convite aos Srs. Parlamentares para participarem da sessão solene, no dia 25 de maio, às 19h, de outorga da Medalha Antonieta de Barros.

De acordo com o art. 108 do Regimento Interno, a Presidência comunica

que são as seguintes as matérias destinadas à Ordem do Dia da 36ª sessão ordinária de 25/05/04:

0048/2004;	0100/2004;	0167/2003;
0032/2004;	0078/2004;	0031/2004;
0094/2004;	0120/2004;	0080/2004;
0135/2004;	0142/2004;	0122/2004;
0154/2004;	0166/2004;	0148/2004;
		0176/2004;

0471/2003; 0502/2003; 0076/2004;  
0086/2004; 0089/2004; 0110/2004;  
0128/2004 e 0150/2004.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para terça-feira, à hora regimental.

Está encerrada a presente sessão.

## ATOS DA MESA

### ATO DA MESA

#### ATO DA MESA N. 0014-DP, de 2004

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, ALTERA o ATO da MESA N. 0010-DP, de 20 de abril de 2004.

INCLUI Wilma Carrilho, Bernardo Wolfgang Werner, Maria de Lourdes Alves Dantas, Ivone Maria Perassa e Erotides Helena da Silva, para outorga, em Sessão Solene a ser realizada no dia 25 de maio de 2004, da Medalha de Mérito Antonieta de Barros às personalidades e às entidades abaixo relacionadas, que prestaram relevantes serviços em defesa dos Direitos da Mulher:

Alda Steil

Ana Tereza Sinfrônio Périco

Áurea Terezinha Martins Brunel Alves

Aurora de Almeida

Bernardo Wolfgang Werner

Dilamar Terezinha Gallina Tebaldi

Eliete Maria Rosa

Erotides Helena da Silva

Ester de Souza Ferreira de Macedo

Fedra Luciana Konell Alcântara da Silva

Giana Cervi

Heliete Marly Filomeno Leal

Ivone Maria Perassa

Juçara Teixeira de Borba Scheffer

Lair Leoni Bernardoni

Lisiane Anzanello Meira

Lucilda Cerqueira Lima

Maria de Fátima Dal-Toé

Maria de Lourdes Alves Dantas

Maria de Lourdes Monteiro de Santana

Maria Francesa das Neves Colonetti

Maria Isabel Gonçalves Arcênio

Maria Lúcia d'Ávila Pizzolante

Maria Marinete Merss

Miriam da Silva Hoepers

Miriam Purnhagen

Noely Ruas Parisotto

Raquel Alves dos Santos de Queiroz

Rita Batalha Parizotto

Santina Moraes Henrique

Solange Barp

Sueli da Silva Fischer

Wilma Carrilho

Zoraida Hostermann Guimarães

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Fraiburgo -

Escola Especial Maria Frey

Rede Feminina de Combate ao Câncer de Chapecó

Rede Feminina de Combate ao Câncer de São Francisco do Sul

Programa Municipal de DST/AIDS da Secretaria Municipal de Saúde de Balneário Camboriú - representado pela Senhora Rose Mari de Almeida.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 25 de maio de 2004

Deputado Volnei Morastoni - Presidente

Deputado Genésio Goulart - 4º Secretário

Deputado Altair Guidi - 2º Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

## PUBLICAÇÕES DIVERSAS

### AUDIÊNCIA PÚBLICA

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E DE SERVIÇO PÚBLICO PARA DISCUTIR AS DEMISSÕES NA CASAN, REALIZADA NO DIA 27 DE ABRIL DE 2004, ÀS 14H.**

O SR. PRESIDENTE (Deputado Genésio Goulart) - Damos início a esta audiência pública.

Saúdo o Deputado Celestino Secco, autor do requerimento que ensejou esta audiência, o Deputado Afrânio Boppré, os convidados e todos os presentes. Sejam bem-vindos e que tenhamos uma boa audiência.

Registro a presença do Presidente do Sindicato dos Engenheiros de Santa Catarina (Senge), Sr. Carlos Bastos Abraham, e do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Água e Esgoto (Sintae), Sr. Jucélio Paladini.

É muito importante, é bom esse debate. Temos que valorizar, temos que prestigiar, pois necessitamos saber o que realmente está acontecendo. Esse é o papel do Deputado e é para isto que estamos aqui, para discutir, para ouvir cada um e para tirar muitas conclusões. Depois todos os Deputados e todos os representantes com certeza vão participar, com certeza, vão se manifestar dando sugestões.

Inicialmente passo a palavra para o autor desse requerimento, o Deputado Celestino Secco.

O SR. VICE-PRESIDENTE (Deputado Celestino Secco) - Obrigado, Sr. Presidente.

Saúdo o Deputado Afrânio, os nossos convidados para esta audiência pública e as pessoas que nos dão a honra da sua presença e participação.

Tem sido praxe ao longo da história do Parlamento - sempre que há uma decisão até certo ponto traumática para o serviço público, para servidores públicos, para trabalhadores no serviço público - esta Casa procurar abrir espaço para as mais diversas manifestações. Eu lembro que no último ano já tivemos a oportunidade de uma discussão, em uma audiência pública, em relação às demissões que estavam sendo processadas e procedidas na Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina.

Como normalmente a direção da Companhia tem mais oportunidade de manifestação, quer via imprensa, quer via contato direto com os Srs. Parlamentares, entendi oportuno que marcássemos no âmbito desta Comissão esta audiência para que o Sr. Presidente do Sindicato dos Engenheiros e o Sr. Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Água e Esgoto aqui viessem a fim de que pudéssemos ouvir a avaliação dessas duas entidades dos trabalhadores da Casan e colher a opinião dos dois Srs. Presidentes dos Sindicatos citados. E, mais do que isso, que eles pudessem nos indicar se os critérios que estão sendo adotados são critérios técnicos, são critérios de favorecimento da empresa ou são outros critérios que não podem ser claramente estabelecidos ou definidos; se este é o único caminho para a Companhia, ou seja, a sumária demissão, ao que se apegou, de 200 trabalhadores da Companhia; se há outros mecanismos que possam efetivamente ser implementados para encaminhamento desta situação; e eventuais outras manifestações que entendam pertinentes e devam ser colocadas no âmbito desta Comissão, para que, se for o caso, os Deputados que a integram ofereçam ao Plenário e ao próprio Executivo outras alternativas que aqui possam ser colocadas.

Portanto, Sr. Presidente, essa é a minha manifestação inicial.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Genésio Goulart)** - Consulto se o Deputado Afrânio deseja usar a palavra primeiro. (O Sr. Deputado Afrânio Boppré manifesta-se fora do microfone. Inaudível.)

Então, passamos a palavra para o engenheiro Carlos Bastos Abraham.

**O SR. CARLOS BASTOS ABRAHAM (Presidente do Senge)** - Antes de mais nada, bom-dia a todos. Agradeço o espaço dado pela Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Deputado Celestino, eu acho que nós estamos aqui justamente para debater esse assunto que foi tão bem arquitetado na imprensa e no Estado de Santa Catarina. Antes de falarmos especificamente das demissões eu gostaria de fazer um breve relato: em fevereiro do ano passado nós tivemos uma audiência com o Presidente da Casan, Sr. Walmor de Luca, ocasião em que relatamos a delicada situação da empresa, e registramos isso neste boletim (*exibe o documento*) que denominamos de Senge Letter.

Coincidentemente, naquela mesma época tivemos um audiência pública em Joinville, junto com o Presidente do Sintae, o Paladini, para debater a situação do sistema de abastecimento de água e esgoto de Joinville. Naquela época falamos para o Presidente da empresa da nossa audiência com o Ministro Olívio Dutra sobre a política nacional de saneamento. Ou seja, até hoje não temos no Brasil uma política nacional de saneamento, muito menos uma política estadual para o Estado.

Hoje, eu diria que a situação é muito pior do que delicada. Infelizmente estamos passando por uns momentos difíceis, mas a questão da demissão é primeiro ilegal, porque temos critérios estabelecidos no acordo de 1999/2000, devidamente registrado em cartório. E se existe dúvida por parte da empresa primeiro tem que haver um equacionamento disso.

Na página do *site* da Companhia, na Internet, existe a função da Companhia: coordenar o planejamento e executar, operar e explorar os serviços públicos de esgoto e abastecimento de água potável, bem como realizar obras de saneamento básico em convênio com os municípios do Estado. Essa frase - em convênio com os municípios do Estado - existe desde que a empresa foi criada. E esse assunto temos que tratar em seguida porque é muito importante.

Só para iniciar, eu diria que o assunto demissões está desviando o foco central da empresa. Primeiro, eu acho que ela não vai ocorrer, principalmente da forma como está sendo feita, de terrorismo e delação interna; segundo, não tem verbas nem provisionadas para o pagamento; terceiro, não está sendo tratado um assunto muito importante que é o controle das despesas da empresa atual, principalmente da direção da empresa. Para citar um exemplo (temos aqui vários), gastos com pinturas, com logomarcas totalmente desnecessárias no momento atual da empresa; gastos com 70 mil reais de diárias, e desse total, de 70 mil, 50 mil são para os funcionários da empresa, que são mais de 2.300 funcionários. Nisso, conta despesas de hotéis, refeições. Desses 70 mil, 20 mil, em diárias cheias, são para os diretores.

Historicamente a diretoria sempre teve cinco diretores, na atual gestão passou-se para oito diretores. E, o que é pior, estabeleceu-se uma equiparação salarial desses três novos diretores regionais, como eles chamam, para os diretores da sede, aumentando o salário e a remuneração deles, ou seja, aumentando as despesas.

Continuando nas despesas, nobres Deputados, temos aqui em mãos um convênio que foi feito com a Federação das Associações dos Municípios (Fecam). Resumidamente, tinha um anexo no convênio - de em torno de 11 mil reais/mês, que totalizava 99 mil até dezembro de 2003 - que dizia o seguinte: "aplicação dos recursos, pagamento de pessoal e encargos sociais", apesar de o objeto dizer que era só uma cooperação técnica. Isso deve estar onerando a empresa.

Eu tenho aqui, nobres Deputados, um termo de acordo de transação em que a empresa fez um acordo judicial com uma determinada fornecedora da empresa que tinha um pagamento embargado desde 1998. Estranhamente, em 19 de dezembro de 2003 foi feito um acordo judicial. Onde está a estranheza disso? Passou-se por cima do corpo jurídico da empresa e passou-se por cima do corpo técnico da empresa, porque se tratava de um equipamento técnico. Eu tenho cópia aqui e depois poderemos entrar no objeto da questão.

**O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ** - Qual é a empresa, por favor?

**O SR. CARLOS BASTOS ABRAHAM (Presidente do Senge)** - A empresa AVS Comércio Exterior Ltda.

**O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ** - Trata-se do quê?

**O SR. CARLOS BASTOS ABRAHAM (Presidente do Senge)** - Fornecimento de hidrômetros.

Um documento que chegou na minha mão no dia de hoje se refere à contratação de um advogado para tratar do assunto da nossa Fundação. E eu tenho aqui um convênio celebrado entre a Fundação e a empresa para ele tratar de assuntos referentes a essa última. Onde estão as irregularidades? Primeiro, a designação desse advogado através de uma portaria foi feita no dia 19 de abril de 2004. E antes tinha um parecer da empresa falando sobre essa contratação irregular. Mas comecei no início: no dia 17 de março o diretor administrativo da empresa solicitou para o Presidente da nossa Fundação um convênio para a contratação desse advogado. Dezessete de março. O convênio foi realizado no dia 27 de fevereiro com a assinatura do profissional, que jamais poderia ter assinado como testemunha. E existe um parecer jurídico, um trabalho dele, do profissional, na empresa datado de 8 de março, anterior ao convênio. Assinado.

Por que estou dizendo isso? Porque um sócio da nossa Fundação reclamou ao Presidente da Fundação e encaminhou ao Procurador do Estado Tarcísio Hadada uma reclamação dizendo o seguinte: "O convênio de cooperação técnico-profissional foi assinado apenas pelo Sr. Presidente da Casan, Dr. Walmor de Luca, contrariando frontalmente o que dispõe o artigo 22, inciso I, do Estatuto Social da empresa", ou seja, teriam que ter duas assinaturas no convênio. O citado convênio fere frontalmente o Estatuto da Fundação, artigo 22, parágrafos 4º e 5º, ou seja, teriam que ter duas assinaturas de diretores da Fundação. O convênio também fere o artigo 5º, incisos I e III, do Estatuto da Fundação, ou seja, fere frontalmente o objetivo da Fundação.

Bom, tudo isso demonstra um pouco o índice da despesas da empresa. E o mais grave ainda, com relação ao dispêndio da direção da empresa, é no que se refere à cronologia de pagamentos das empresas para os fornecedores e empreiteiros. Existe um caso - pagamento no dia 20 de abril de 2004 - de uma empresa que quebrou a cronologia (e esse documento de cronologia somente os Deputados podem requisitar na empresa), ou seja, podem estar existindo irregularidades na forma de pagamentos da empresa.

A questão das demissões, da truculência, da delação, como foi feita, tudo isso - até já existe perspectiva de coação sobre testemunhas - é para desviar o foco da questão. Por quê? Porque já perdemos o sistema de Timbó, Itajaí, Itapema e Lages, que totaliza a perda de 4 milhões de reais/mês. E o Presidente da empresa diz que quer economizar 2, ou seja, já está perdendo 2. Estamos na rota de perder Fraiburgo e Joinville, o que vai totalizar 8 milhões/mês. Já está perdendo 6. E como ele disse numa entrevista ao Prisco, na TV Record, juntamente com o Paladini, talvez haja necessidade de demitir mais que 20%, enfim, todos os funcionários estão na lista. Essa é a minha conclusão.

Em fevereiro de 2003 tivemos o problema em Joinville, na audiência pública, ou seja, o Município de Joinville já estava arquitetando municipalizar o sistema. Só que existe muita desinformação, os sistemas, todos eles, são municipalistas. Nunca se discutiu isso pela Constituição, só que, como diz o fim social da empresa, quem tocava o sistema era o Estado, e era assim no Brasil inteiro, mas os municípios tinham a sua contrapartida e tinham os seus direitos também.

Bom, o que estão fazendo com Joinville é o mesmo que fizeram com os outros sistemas que nós perdemos. No ano passado, para escamotear um pouco a situação, fizeram um contrato provisório de um ano que está vencendo agora no dia 23 de junho. E pelas notícias no jornal de hoje já podemos ver que a polêmica está maior do que imaginamos. O pessoal quer antecipar para o dia 30 de abril agora o término da concessão, ou seja, ou a Casan vai prestar serviços para o Município ou Joinville vai antecipar e vai pegar 100% a questão.

A pergunta que eu deixo no ar é a seguinte (pena que o Presidente da empresa não esteja aqui): o que a direção da empresa está fazendo para segurar o sistema de Joinville, porque é o início do fim da empresa? E quando eu digo que está sendo desviado o foco é porque a empresa simplesmente está se extinguindo com a ajuda da sua direção, pois não está sendo feito absolutamente nada para assegurar o sistema de Joinville.

Nós temos aqui outras informações. A nossa preocupação é outra. A nossa preocupação, a da área da engenharia - e nós representamos e coordenamos a intersindical de nível médio e superior, representamos os técnicos de nível médio, os administradores, os contabilistas, os técnicos industriais e os economistas -, é que queremos uma gestão profissional da empresa.

O Presidente gosta muito de comparar, no meio televisivo, com a Sanepar. A Sanepar não é parâmetro de comparação. Por quê? Primeiro porque ela já tem um grande percentual das suas ações vendidas para um outro sócio, que é o privado. Lá existe investimento, lá não existe mais ingerência política, lá existe uma gestão profissional.

Então, não podemos só pegar um índice de folha de pagamento, nós temos que pegar tudo da empresa. E por que o nosso Estado que abrange tantas estatais - Celesc, Casan e outras - não faz com a Casan o que está fazendo com a Celesc, ou seja, um novo contrato de gestão em que os profissionais também vão ter (sic) a sua contribuição? Talvez aí não estivéssemos nesta Comissão discutindo demissões.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Genésio Goulart)** - Gostaríamos de justificar a ausência dos Deputados Lício Mauro e João Paulo Kleinübing, impossibilitados de comparecerem a esta audiência por já terem assumido compromissos anteriormente.

Também registramos a presença do Deputado Reno Caramori e do Sr. Prudente José de Mello, advogado do Sindicato, que também irá contribuir com esta audiência pública. Seja bem-vindo.

Na sequência, passamos a palavra ao Sr. Jucélio Paladini, Presidente do Sintae, de Santa Catarina.

**O SR. JUCÉLIO PALADINI (Presidente do Sintae)** - Bom dia, Sr. Presidente, Deputado Celestino, Deputado Reno, Deputado Afrânio, Carlos Abraham, Prudente, telespectadores e companheiros e companheiras que nos acompanham nesta manhã.

Ao tratar da Casan estamos tratando de uma questão essencial à vida. Isso tem que ficar claro. Nós estamos tratando de uma outra empresa que ofereça produto similar? Não tem mais a Casan, eu vou comprar água na feira, na barraca ao lado? Não é esse o caso. Estamos tratando de uma empresa que tem a gestão de saneamento, que diz respeito à vida, à saúde da população.

Começando por aí, ao debater isso, discutimos também uma coisa tão em moda, inclusive nesta Casa, que é a questão da remuneração dos trabalhadores. Por lá passaram e trabalham tantos e tantos profissionais que estudaram, que se dedicam, que fazem especialização, doutorado, enfim, para poder atender a população de Santa Catarina da melhor forma possível, dentro de todas as adversidades que estão colocadas: falta de condição de trabalho e por aí afora. Acho que é nessa esteira que a gente está discutindo.

Cumprimento o Deputado Jorginho, que acaba de chegar.

A situação da Casan não é diferente da das demais empresas estaduais ou municipais de saneamento do Brasil. Eu acho que quando se quer desqualificar, desmoralizar politicamente evidentemente que o foco passa a ser aquela dada empresa. Raríssimas empresas no Brasil, quer estadual ou municipal, têm bons indicadores na área de saneamento. Por quê? Porque não foi investido, obviamente. Nos últimos 15 anos basicamente não teve investimentos no setor e por isso essa tragédia.

Ontem eu participava de uma audiência pública em São Joaquim e lá um cidadão dizia: "Mas por que não tem recurso a fundo perdido pra saneamento, se vocês tão dizendo que é saúde, que é vida? Como é que tem pro asfalto?". Um cidadão lá de São Joaquim dizia: "Por que não tem, então, para o saneamento, se é caro pra fazer?", entre outra interrogações. Então, vem de longa data a questão da Casan, das empresas, na verdade, de saneamento do Brasil, não é de hoje.

Mas, para procurar abreviar, hoje o clima na Casan, eu diria, é de pânico, de terror. O que tem resultado em buscar socorro médico ou atendimento é tanto que as assistentes sociais da empresa não agüentam mais. A lista, companheiros, de delação, de se fazer lista - e aí acho que já procurando responder ao Deputado Celestino... Qual o critério? Fazer a lista, determinar que os gerentes façam a lista? Mas que critério?! O Abraham falou: nós temos um critério, que é o Acordo Coletivo de Trabalho. Temos aqui esse acordo e ele determina o critério para acordo coletivo. O Presidente da empresa desconsiderou o critério e "façam a lista". Quem está na lista e quem não está na lista? Não sei!

Se tivéssemos neste recinto o Presidente e ele dissesse: olha, façam uma lista porque tem que sair, ou tem que executar, cinco daqui, como ficaríamos numa economia de recessão? Porque se tivéssemos em pleno emprego, em crescimento até seria diferente pois se teria oportunidade de emprego lá fora.

E o que é pior: nós, que há tanto, há tanto tempo vimos discutindo a situação da Casan, os problemas, passamos a ser os responsáveis pela situação da empresa. Os trabalhadores são os responsáveis, evidentemente que na visão que está colocada pela direção da empresa, pela situação financeira da empresa. Demitir para resolver o problema. Santa ignorância! Nós acabamos, na década passada, de assistir isso em todas as empresas pré-privatizáveis - preparação da privatização. Começava-se a fazer a campanha na mídia, exacerbada, de que existia mordomias, e o Collor de Mello que o diga, caçando marajá e por aí afora. Seguiu-se, e todo mundo sabe o que aconteceu: telecomunicações, energia elétrica, etc. O que aconteceu na Casan não é diferente.

Então, o que o Presidente da empresa mais tem feito é usar - e evidentemente que não começou aí, mas acentuou-se aí - a desqualificação da Casan como empresa pública e do seu corpo técnico, lógico, para desqualificá-lo perante a opinião pública. Claro que ao fazer isso quebra a resistência para privatizar ou para fazer o que deseja, é óbvio, joga a empresa e os trabalhadores contra a opinião pública. É uma tática apurada, como se diz, para quebrar a resistência da sociedade. O Presidente da empresa é *expert* - eu dizia isso outro dia num debate com ele - em fabricar números da empresa. O pessoal costuma dizer lá: a pizza do Presidente, qual é a Pizza do presidente hoje? Porque tem a massa e ele põe o recheio que quer lá dentro. Os números da empresa, que acaba dizendo, são 51, 60, 70, 40; cada dia é um número.

Qual a despesa, hoje, com a folha de pessoal da Casan? No mês de fevereiro, senhores, foi 37% em relação à arrecadação - dados da empresa, dados oficiais da empresa; no mês de março foi 39%. Por que subiu 2%? Porque eles inventaram suspender as férias nos meses de janeiro e fevereiro e represou, e os números estão aqui para o mês de março. Então, o problema da Casan, evidentemente, de forma alguma é questão de pessoal.

É bom salientar que 89,7% dos trabalhadores têm uma remuneração de até 4 mil 998 reais. Portanto, 89,7% dos trabalhadores têm uma remuneração de 4 mil 998 reais, e o Presidente pega a exceção e faz a regra. Essa é uma lógica, é outra tática utilizada, da exceção procura fazer a regra. Aos olhos da opinião pública parece que todos têm uma remuneração de 10, 15, 20 mil reais, e não é exatamente isso que acontece na empresa.

Onde estão os problemas da empresa? Nós já temos insistido em colocar aqui: superfaturamento de obras aconteceram. E lamentavelmente - é evidente que esta Casa tem toda autonomia -, do nosso ponto de vista, tem se alongado essa questão da CPI para investigar as questões trabalhistas. Parece-me que tem se alongado, porque nós apresentamos aqui uma farta documentação e pelo menos até hoje eu não tenho notícia que esta Casa tenha aberto outra CPI com outro objeto para investigar isso. Milhões de reais, milhões de reais, e até hoje não aconteceu.

Então, é problema de má gestão administrativa, de falta de financiamento, que é a questão central dessa empresa. Evidentemente, essa é uma gestão completamente autoritária, e entendemos que essa empresa tem necessariamente que passar por uma revolução na sua gestão, do ponto de vista da sociedade, e passar a ter o controle social da empresa. Do contrário, eu não acredito que nós vamos avançar, nessa ou em outras empresas públicas.

Devo dizer que no nosso entendimento se prepara o desmonte da empresa, para municipalizar e privatizar os serviços. No dia 10 de abril do ano passado, se não me falha a memória, fizemos uma audiência pública nesta Casa e dissemos isso: que a municipalização é o caminho para a privatização. E hoje, lamentavelmente... E não que não seja uma questão de princípios (isso que eu estou falando), mas uma questão política. Temos dito que hoje a municipalização tem sido o caminho da privatização, infelizmente, porque Itajaí, Lages, Itapema, que saíram do sistema Casan com a justificativa de que a Casan não deu conta de atender às demandas (e devem ter sua razão, é óbvio) e que o município iria resolver. Os mesmos Prefeitos que argumentavam isso, em menos de um ano mudaram o discurso e passaram a dizer: "Não, o município não tem condições, não tem capacidade de investimento, portanto nós temos que privatizar o sistema." Aconteceu isso com Itapema, Itajaí e Lages, e Lages só não concluiu no todo ainda porque tem ações populares da comunidade tentando dificultar essa privatização da água.

Sr. Presidente, não bastasse isso, houve o acordo coletivo de trabalho, assinado em 22 de dezembro de 1999, com a assinatura da direção da empresa homologada na DRT, do então Presidente do Conselho de Política Financeira, e como existiam, vamos dizer assim, uma teimosia da empresa em não querer cumprir, a Justiça decidiu sobre isso.

Concluo dizendo: *(Passa a ler)*

"Isto posto, julga-se procedente em parte o pedido formulado, condenando-se a demandada: A) a cumprir integralmente o conteúdo do parágrafo único da cláusula 27ª do acordo coletivo de trabalho, firmado em 22 de dezembro de 1999, acatando a deliberação da comissão então nomeada, incluindo em dez dias em seu Plano de Cargos e Salários a deliberação tomada a respeito dos critérios de dispensa de empregados, nos termos da ata da sua quinta reunião, encaminhando o documento ao Ministério do Trabalho como pretendido na exordial, sob pena de incidência de astreintes de R\$10.000,00 (dez mil reais) por dia de descumprimento destas determinações, reversíveis em partes iguais, aos requerentes; e B) no pagamento da multa por descumprimento do ACT(...)"

Intimem-se

Em 04.07.03

(a) Dr. Daniel Natividade Rodrigues de Oliveira, Juiz do Trabalho da 7ª Vara do Trabalho de Florianópolis"

Não bastasse isso, Sr. Presidente, há os compromissos assumidos pelos então candidatos ao Governo, Dr. Luiz Henrique da Silveira e Eduardo Pinho Moreira, que, num documento remetido ao sindicato em 22 de outubro de 2002, véspera das eleições, dizem, entre outros: "Na hipótese de devolução de concessão aos municípios, designar servidores de carreira para integrarem comissão que estabeleça as diretrizes para a municipalização, dentre as quais figurará como condição básica a manutenção do quadro funcional existente na filial do município", coisa que até hoje não aconteceu.

Outro item diz respeito a financiamento: "Buscar viabilizar a captação de recursos para novos investimentos, mantendo sempre o Estado como acionista majoritário; negociar a transferência ao Estado do atual serviço da dívida relativa aos financiamentos existentes, em especial ao obtido junto ao Banco Mundial."

Apesar de ter o compromisso do Governador, não foram poucas as vezes, do próprio Governo do Estado e da direção da Casan, que se tem, digamos, feito uma campanha ardilosa na mídia dizendo que o Estado tem que estar cobrindo rombos da Casan. Esse é um dos compromissos assumidos pelo Governador do Estado.

Outro: "Respeitar os direitos dos trabalhadores da Casan assegurados em acordo coletivo: manutenção dos atuais critérios para a rescisão de contrato de trabalho, bem como aqueles inerentes à legislação trabalhista vigente." Portanto, desconsiderando também o compromisso assumido.

A data é de 15 de outubro de 2002, e assinam Luiz Henrique da Silveira, candidato a Governador, e Eduardo Pinho Moreira, candidato a Vice-Governador na época.

Para concluir de fato, longe de as demissões serem a solução, é uma retaliação que só vai levar ao desmonte da empresa. Por que nós temos cobrado isso? E também não é só nessa gestão. Por que não se acaba com a terceirização? A Casan e o sindicato - não é uma questão unilateral da Casan ou do sindicato - têm o estudo (Comissão Paritária), assinado pelas partes, que atesta que essa empresa gasta 34% a mais nos serviços terceirizados do que se fosse contratar pessoal próprio. Nós temos o documento, o relatório. Por que não se tomam iniciativas de acabar com a terceirização buscando concursados para essa empresa? É verdade que tem contratado algumas pessoas, sobretudo de 98 para cá, mas por quê? 34%! Ai, sim, é uma sangria. E nesse caso específico do pessoal, a média de idade das pessoas da Casan até 2002 era de 47 anos, ou seja, a média de idade do pessoal da Casan era de um pessoal envelhecido. Trinta e cinco por cento dos trabalhadores da Casan tinha mais de 47 anos, portanto em final de carreira, com as agregações etc., quando se discute a composição salarial.

Nós discutimos com o Presidente da empresa, apresentamos uma proposição de buscar um programa de incentivo à aposentadoria. A própria direção da Casan, a partir de janeiro do ano passado, não remete mais ao fundo de aposentadoria nosso, um fundo que nós pagamos, fundo privado, que os trabalhadores pagam. Então, desde janeiro de 2003 não remete mais, o que pode levar à insolvência do nosso fundo de aposentadoria.

Ora, nós temos um problema: a idade mínima para complemento de aposentadoria é de 58 anos. Portanto, se o cidadão tem, digamos, 54 anos de idade e tem tempo de benefício, de contribuição, vai se aposentar com o teto do INSS e não vai ter complemento, em que pese ele ter pagado, porque lá tem o impeditivo que a idade mínima é de 58 anos. Então, nós apresentamos para a direção da Casan como equacionar, como já foi feito no passado. Já tivemos acordo coletivo com programa de incentivo à aposentadoria, o que reduziu significativamente a folha de pagamento, que eram os maiores salários - por tempo de serviço, evidentemente -, e vai-se, digamos, contratar novos companheiros e companheiras com salário inicial dos seus cargos.

A Celesc fez um programa, que está em vigência; agora, a direção da empresa quis discutir e tal, remeteu para o Conselho de Administração, mas em vez de parar e discutir a saída, fica fazendo terrorismo internamente e externamente.

Eu queria saudar aqui esta Casa, porque, de fato, o clima que nós estamos vivendo hoje na Casan é completamente desumano, é de pânico, e tem, digamos, causado problemas psicológicos terríveis entre nós, trabalhadores. Eu acho que esta Casa tem condições e tem todo o direito e dever de intervir nesse processo para que a gente possa, de fato, encontrar uma saída e que a sociedade catarinense seja beneficiada, tendo mais água e esgoto coletados.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Genésio Goulart)** - Muito bem, agradecemos a participação do Paladini e passamos a palavra ao nobre Deputado Afrânio Boppré.

**O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ** - Sr. Presidente, eu queria fazer alguns comentários, mas antes eu gostaria de saber se é possível nós ouvirmos o Dr. Prudente, advogado do sindicato, por se tratar também de questões trabalhistas, e ele é um especialista na área. E ver se também é de interesse do sindicato, do próprio Dr. Prudente, a manifestação neste momento.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Genésio Goulart)** - Deixaria à vontade. Se o Prudente quiser fazer uso da palavra...

**O SR. PRUDENTE JOSÉ SILVEIRA MELLO (advogado dos Sindicatos)** - Excelentíssimo Presidente, excelentíssimos Deputados, serei breve. É só para, mais ou menos, colocá-los com mais segurança, eventualmente, na questão pertinente à rescisão dos contratos de trabalho.

Se recuperarmos um pouco a memória, nos idos de 86 o Governo do Estado lançou, através do Conselho de Política Financeira, políticas de garantia de emprego. Isso vem de quase duas décadas, um pouco mais de duas décadas, em 1986. E essas [políticas] também tinham uma repercussão, ou tiveram um impacto, uma força, porque os Tribunais Trabalhistas recepcionaram essa compreensão, e quanto às demissões dos contratos de trabalho, o critério que o Tribunal Trabalhista adotou em Santa Catarina e em outros [Estados] era só fazer as demissões mediante uma justificativa, uma motivação. Esse foi, então, o entendimento do Tribunal do Trabalho de Santa Catarina, e era a política que estava sendo desenvolvida para as empresas de economia mista do Estado, fundamentalmente.

Bem, mas algumas empresas de economia mista incorporaram isso na sua relação interna, nos seus Planos de Cargos e Salários, nas suas normativas internas. A Casan não, e isso foi sendo renovado. Até que em 1999 criou-se, então, uma comissão mista, uma comissão de representantes indicados pela própria Casan, pela empresa, e representantes indicados pelas representações dos trabalhadores, que envolviam inclusive os sindicatos, a própria Fundação. Dessa comissão, que foi aprovada mediante um processo do acordo coletivo, saiu uma norma que definiu quais eram os critérios para a extinção do contrato de trabalho. Então existe, sim, a possibilidade de ruptura dos contratos de trabalho, mas essa ruptura deve ocorrer mediante apuração do cometimento de falta grave, ou seja, não está impedido o processo de que sejam rompidos os contratos de trabalho, mas essa ruptura tem que estar motivada, tem que estar demonstrada como pode e deve ser feita.

Então, nesse sentido, inclusive após a definição dos trabalhos da Comissão Paritária, a Comissão Paritária, por unanimidade, ou seja, com a participação dos representantes da empresa, aprovou qual era a regra e definiu que, após essa regra, ela teria aplicação imediata e incorporaria ao Plano de Cargos e Salários, conforme foi definido no item 3.2.1.15. Então, deveria ser encaminhada à Delegacia Regional do Trabalho.



Bom, esse entendimento, essa normativa que incorporou os contratos de trabalho - e incorporou, por sua natureza, ao Plano de Cargos e Salários da empresa -, ao ser colocada sob a análise do Poder Judiciário recentemente... Porque havia esse questionamento, havia essa possibilidade de gerar conflitos. Infelizmente, logo no início de 87 nós tivemos lá o Poder Judiciário tendo de se manifestar sobre os acordos então firmados e que vigiam a garantia de emprego. Isso ocorreu na Celesc, ocorreu na Casan. O Judiciário, então, em 1987 reconheceu a garantia de emprego, determinou as reintegrações, mas isso foi custoso, foi traumático, porque isso gerou uma série de fraturas e conflitos à época.

Bom, evitando que isso pudesse retornar e voltar a acontecer, os sindicatos de trabalhadores todos ingressaram com uma ação na Justiça, exatamente tendo a possibilidade da intenção, que agora se avizinha e se coloca, e colocaram essa matéria ao Judiciário para que ele se manifestasse. O Jucélio Paladini aqui colocou já qual foi a decisão do Poder Judiciário. O Poder Judiciário entendeu que esse acordo, que essa definição através da Comissão Paritária tem a sua validade e que não podem ocorrer as demissões que não estejam pautadas, que não sigam os ritos do processo que foi definido. Ou seja, as demissões não podem ser de forma imotivada, sem justa causa, em desrespeito ou de forma sumária. Esse é o entendimento do Judiciário.

Ou seja, se o ilustre Presidente da Companhia vier, na prática, a efetuar essas demissões, ele estará trazendo prejuízos para a própria Companhia, além de trazer toda uma série de traumatismos e discussões, que vão gerar, de novo, um desprestígio não só ao Poder Judiciário, porque isso motivará ações de atentado, motivará talvez o descumprimento de ordem judicial, a possibilidade de discutir a própria punição dos Presidentes da empresa com pena de privação de liberdade, porque é um atentado contra uma decisão judicial. Também gerará um grande número do quê? Daquilo que o Presidente do Sintae, Jucélio Paladini, já colocava: já está toda a categoria sob tensão, vivendo um momento traumático, os problemas de saúde e de doenças ocupacionais se agravaram, decorrentes dessa possibilidade, da iminência de acontecer esse fato.

Por isso a iniciativa desta Casa é extremamente importante para que se evite todo o traumatismo, tendo em vista que temos uma decisão judicial que já determinou a impossibilidade da prática de demissões de forma sumária.

Era apenas essa a contribuição que eu queria trazer aos senhores. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Genésio Goulart)** - Muito obrigado. Com a palavra o Deputado Afrânio.

**O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ** - Sr. Presidente, ouvido o Dr. Prudente, inicialmente eu gostaria de cumprimentar todos os Deputados-membros desta Comissão; o Deputado Joares Ponticelli; o Presidente do Sintae, Jucélio Paladini; o do Sindicato dos Engenheiros, Carlos Abraham; e todos os colegas e companheiros da empresa que nos acompanham nesta audiência pública.

Esse tema Casan, acredito que tem consumido boa parte do tempo dos Deputados nesta Casa, e acho que não é gratuito. Não bastasse estarmos já há quatro ou cinco meses com uma CPI tramitando na Assembleia Legislativa, cujo prazo já foi postergado, insistentemente nós temos matérias relacionadas ao tema. E quero aqui citar e lembrar que, no final do ano passado, fiz aprovar no Plenário desta Casa um pedido de informação a respeito de matéria sobre os recursos hídricos, aprovada no Conselho Estadual de Recursos Hídricos, e esse pedido de informação, todos sabem que o Poder Executivo tem um prazo de 30 dias para subsidiar o Legislativo. Ocorre que nós já estamos indo para o mês de maio, já se passaram sete meses - o pedido de informação é de novembro -, e até agora nós não temos a informação.

Na semana passada tivemos que convocar - porque como convidado ele não aceitou, teve de ser mediante convocação, usando o que determina a Constituição Estadual - o Secretário Bráulio Barbosa para vir a esta Casa explicar, justificar por que, na condição de Secretário de Estado, estava ele sonogando, dificultando as informações ao Poder Legislativo. Hoje temos aqui novamente um outro assunto, que é o problema das demissões. Fala-se em 200, a imprensa já falou em 300 trabalhadores que seriam cortados linearmente para fazer um ajuste às exigências financeiras da empresa - pelo menos esse é o argumento. Acredito que não há aí nenhuma conotação de perseguição política, parece-me que é um ajuste contábil, financeiro. É assim que se está tratando a matéria.

Agora, quero dizer que entendo, assim como falou o Presidente do Sindicato dos Engenheiros, que neste momento estamos tratando de coisas importantes, que é o tema da ameaça das demissões; por outro lado, é necessário reconhecer que há uma certa mudança do foco principal, da agenda da empresa. As informações mostram que a empresa está gradativamente se desmilitando, os municípios estão se desinteressando pelos serviços prestados por essa empresa. Alguns, acreditando que acharam a mina de ouro para financiar a crise do setor público municipal, vão experimentar o remédio amargo de ter que gerir um sistema complexo, com tarifa cruzada, que é o sistema de água e esgoto. Mas outros já estavam desconfiados, pela qualidade de serviço dessa empresa, que, é preciso reconhecer - e tenho certeza que os senhores também reconhecem -, em alguns aspectos tem deixado a desejar, sobretudo na falta de planejamento, de informações, da transparência financeira, dos planos que cada município está aguardando, os quais suplicam.

O Prefeito bate à porta, a Câmara de Vereadores quer o investimento, e nós não conhecemos absolutamente nada sobre o que a empresa Casan pretende fazer como plano de expansão de seus serviços em nosso Estado, sobretudo na área de saneamento básico. Segundo dados da própria empresa, em torno de 95% da nossa população catarinense é servida de água, no entanto, o esgoto deixa muito a desejar, e precisamos também fazer investimento nessa área.

O jornal A Notícia, do dia 23 de abril, da cidade de Joinville, no seu encarte municipal traz novamente o desejo do município em criar uma companhia, que passaria a se chamar Águas de Joinville. Esse projeto já está tramitando na Câmara de Vereadores, e há aqui uma manifestação do Vereador do PT Adilson Mariano, preocupado com o significado dessa iniciativa de lei do Executivo. Novamente está o problema da concessão, da outorga dos serviços de água, que é a mesma iniciativa, a mesma preocupação do nosso pedido de informação feito em novembro do ano passado, e do anteprojeto que foi aprovado no Conselho Estadual de Recursos Hídricos, cujo teor ainda não sabemos.

Mas comunico aqui a todos vocês, ao Presidente desta Comissão, que nesta semana estamos ajuizando ação de crime de responsabilidade com relação ao Secretário Bráulio Barbosa, que se nega e se negou a entregar os documentos pedidos pela Assembleia Legislativa. E aqui vai no plano municipal a mesma preocupação.

Então, digo que Joinville - repito, Joinville - tem bons exemplos para Santa Catarina, mas o que se refere à questão de água e saneamento, tem deixado a desejar. Coincidentemente, o Secretário Bráulio Barbosa também é Vereador do Município de Joinville, e esse tema de que está tratando a Câmara de Vereadores de Joinville é preocupante. Digo mais: aqui há que se fazer uma correlação. Não quero simplificar, Deputados, mas dizer que o Prefeito de Joinville é do PSDB, o Secretário Bráulio Barbosa é do PSDB e o Presidente da Casan é do PSDB. Há também uma conotação política com relação a uma idéia central sobre as políticas dos recursos hídricos em Santa Catarina que precisamos dialogar para saber exatamente qual é o entendimento do Governo do Estado com relação às questões da concessão de água e de esgoto em Santa Catarina.

Os argumentos consistentes do Presidente do Sindicato de Água e Esgoto, do Presidente do Sindicato dos Engenheiros e do advogado dos Sindicatos, Dr. Prudente, argumentos consistentes, acusam a inconstitucionalidade, acusam inclusive que temos acordo coletivo, discussão entre trabalhadores e empresa, que protege, a não ser por falta grave, devendo acontecer todo o direito de defesa desses trabalhadores. Então, Sr. Presidente, assim como aqui nós trouxemos o sindicato para discutir o tema, para discutir a ameaça de corte de 200 trabalhadores da empresa, nós precisamos convidar também o Presidente da Casan, os seus diretores, para que venham a esta Comissão e sejam questionados com relação às questões que estão sendo levantadas neste momento.

Gostaria de dizer que aqui fica a nossa solidariedade, o nosso compromisso e envolvimento para que injustiças não sejam consolidadas, consumadas dentro da Casan. E queremos, ao mesmo tempo, dar oportunidade para a diretoria da Casan fazer aqui o contraditório.

Era isso. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Genésio Goulart)** - Obrigado, Deputado Afrânio.

Gostaria de registrar a presença do Deputado Joares Ponticelli.

Pediria ao Vice-Presidente da Comissão, Deputado Celestino Secco, que dê continuidade à reunião, uma vez que sou membro da Comissão de Saúde, cuja reunião vai começar às 11h.

Quero dizer a todos vocês que também sou solidário ao que está acontecendo, até porque todos nós representamos toda uma região e estamos preocupados.

Conversei aqui com os nobres Colegas, e a minha sugestão é que na próxima reunião da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público possamos aprovar, além de convidar o Presidente da Casan para uma audiência pública, para a qual gostaríamos também de fazer o convite a todos vocês, a fim de que possamos fazer um grande debate e, como Deputados, nos manifestar em defesa de vocês, em defesa da empresa. Esse é o papel que nós, Deputados, temos que fazer.

Então, minha sugestão é que na próxima reunião da Comissão, na terça-feira que vem, possamos já aprovar uma nova audiência pública com a presença do Presidente e dos diretores da Casan, de todos vocês, para que possamos fazer um debate maior e chegar a uma conclusão.

Agradeço a participação de todos vocês, dos Srs. Deputados e peço licença para me retirar. Que Deus os abençoe. Boa sorte a todos e que tenhamos uma boa solução.

Passo a condução dos trabalhos ao Vice-Presidente da nossa Comissão, Deputado Celestino Secco.

**O SR. VICE-PRESIDENTE (Deputado Celestino Secco)** - Sr. Presidente, sem querer retificar a sua decisão, registro que na próxima terça-feira já temos convocada uma audiência pública da Secretaria de Administração para os dois aspectos, quais sejam, o sistema informatizado dos Recursos Humanos e a solicitação do Deputado Afrânio Boppré de se fazer concorrência pública da terceirização de serviços. A não ser que a gente suspenda, Presidente, na próxima terça-feira, esta audiência pública da Secretaria da Administração, transfira-a para a frente e deixe a da Casan na semana que vem.

Não quero, evidentemente, alterar a deliberação de V.Exa., mas quero fazer essa ponderação.

Além disso, gostaria que V.Exa. permitisse que eu determinasse à nossa assessoria que, previamente à audiência pública, eu pudesse fazer alguns encaminhamentos de expedientes, dada a manifestação que aqui tivemos, para que o Presidente encaminhe previamente a esta Comissão os documentos.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Genésio Goulart)** - Só para ratificar, a minha sugestão é para que na semana que vem, na terça-feira, a gente possa discutir o assunto, a convocação, e marcar uma data, não marcando a data já para a próxima terça-feira, mas que na terça-feira a gente possa marcar uma data para essa audiência pública com o Presidente da Casan.

**O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ** - Sr. Presidente, se estamos no dia de hoje fazendo esta atividade e para não perdermos o fio da meada, se houver aqui o entendimento de que se convoque o Presidente da Casan para a próxima reunião, da minha parte não há nenhuma objeção, desde que assegurada a convocação para tratar, na reunião subsequente, do tema que deveria ser tratado.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Genésio Goulart)** - Deputado, como sugestão, já que temos compromisso na terça-feira com outra audiência pública, quem sabe podemos ver a agenda do Presidente e marcar para quarta-feira, às 17h, no final da sessão plenária.

E daí peço então à nossa assessoria para fazer esse contato, esse encaminhamento e, posteriormente, levar ao conhecimento dos nossos membros, dos nossos queridos amigos Deputados e a todos vocês. Na quarta-feira, às 17h, se for do acordo de todos. Pode ser?

**O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ** - Muito bem.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Genésio Goulart)** - Que bom.

**O SR. VICE-PRESIDENTE (Deputado Celestino Secco)** - Bom, dando prosseguimento, antes de ouvirmos o Deputado Reno Caramori e o Deputado Joares Ponticelli, que já solicitaram a palavra, gostaria de determinar à assessoria que, mediante expediente, requisitasse cópia do convênio da Casan com a Fecam, e tão logo esse documento chegue, que se encaminhe expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Contas, para que aquele órgão de contas públicas emita um parecer sobre o objeto do convênio e o efetivo cumprimento do convênio naquilo que está sendo produzido.

Segundo, que seja requisitado à Companhia Catarinense de Águas e Saneamento os pagamentos efetuados mês a mês, neste exercício (vou solicitar apenas deste exercício), destacando-se os pagamentos efetuados no dia 20 de abril, ou seja, semana próxima passada, e identificando a data de entrada de cada uma das notas de prestação de serviços ou de compras, cuja cronologia pela determinação das Leis nº 8.666 e 8.693 deveriam ser cumpridas.

Além do mais, que se requisite à CPI da Casan os documentos citados pelo Presidente do Sintae, Jucélio Paladini, quanto ao superfaturamento de obras e de compras, já que o objeto da CPI em andamento nesta Casa não contempla esse tipo de assunto, mas a Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público poderá, independentemente da CPI, produzir algumas ações do Parlamento no sentido de verificar denúncia de tão grave procedência quanto a que aqui foi colocada.

O último documento que desejo que seja requisitado à Casan antes da convocação do Sr. Presidente é que seja a esta Casa remetido o relatório das diárias do Presidente e de todos os diretores, com o objeto da viagem, a sua finalidade pública e o resultado do ponto de vista da empresa, produzido pela apropriação de dinheiro no deslocamento e no pagamento da solicitação de reembolso de despesas.

**O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI** - Sr. Presidente, V.Exa. me permite incluir mais dois questionamentos?

**O SR. VICE-PRESIDENTE (Deputado Celestino Secco)** - Pois não, Deputado.

**O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI** - Eu gostaria que fosse requisitado, também, um relatório dos custos totais da alteração da logomarca da empresa, bem como da última locação de 50 veículos feita pelo Presidente da Casan, e nesse questionamento com relação à locação saber, questionar do processo licitatório, bem como cópia do contrato social da empresa locadora.

**O SR. VICE-PRESIDENTE (Deputado Celestino Secco)** - São os documentos que desejo requerer, na condição de Presidente em exercício, previamente à presença do Sr. Presidente nesta Comissão.

Com a palavra o Sr. Deputado Reno Caramori.

**O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, advogados, sindicalistas e trabalhadores da Casan.

Presidente, eu serei rápido, porque também já estou recebendo um comunicado de que a Comissão de Saúde já está me aguardando.

Eu só queria fazer um pequeno preâmbulo. Que justiça seja feita, o Deputado Afrânio argumentou que poderá haver alguma conotação em termos de parceria partidária dos três elementos citados, mas não posso concordar, porque Fraiburgo hoje é do PV, Itapema é PFL, Lages é PFL, Itajaí é PP, Joinville é PSDB - foi o argumento de que o Secretário, o Presidente e o Prefeito são do mesmo partido - e Timbó é do PMDB.

Então, só para evitar que se obtenha aqui qualquer dúvida quanto a questões partidárias, o que não vejo assim.

Já estou no quarto mandato nesta Casa e sempre tenho dito, nos Governos que acompanho, desde o Governo Kleinübing, o Governo Paulo Afonso, o Governo Esperidião Amin e este Governo, que água é segurança nacional. Eu, jamais, em momento algum, vou concordar que continuemos esse processo de privatização camuflada. Essa municipalização é justamente uma privatização, e a água que temos em Santa Catarina não é a superficial que muitos estão querendo buscar, são as águas das profundezas, que nós bem conhecemos, e órgãos internacionais estão interessados nisso, inclusive vinculando certas situações que já estão explícitas e não camufladas.

Então, é o cuidado que tenho: que a água deve ser patrimônio do Estado, a água não pode ser privatizada. A energia elétrica até concordo, agora, a água, não.

Se a empresa tem problemas, e nós aqui já aprovamos uma lei para financiamentos... e dizia o Presidente na época que a empresa estava legalmente apta a buscar o financiamento, que seria a solução, e nós não discutimos, Deputado Celestino Secco e Deputado Ponticelli, entendemos que deveríamos aprovar a lei e a lei foi aprovada, e com a nossa aprovação.

Então, não estou entendendo essa manobra, que poderá ser assim considerada, em detrimento de Santa Catarina. Se os seus funcionários ganham demais ou ganham de menos, não nos cabe aqui julgar. Lá sempre existiu uma diretoria. Quero cumprimentar o Sindicato que representa a classe pelo trabalho, pela preocupação que está tendo justamente nesse processo que, quero crer, não existem critérios. Conhecemos o interior,

Deputado Ponticelli, e sabemos que existe falta de funcionários no quadro da Casan. A queixa, a reclamação dos Prefeitos, inclusive, é pela falta de funcionários para o bom desempenho da atividade em cada município. E são inúmeros municípios! Talvez, não se sabe onde estão os excedentes que estão causando esse prejuízo à Casan. Então, deve ser muito bem discutido. Mas o que nos preocupa, Deputado Celestino, Deputado Ponticelli, senhoras e senhores, é essa viabilização da privatização da nossa Casan. Isso me preocupa muito. Já discordo em governos dos quais fiz parte e vou continuar discordando. Casan é segurança nacional! Casan é água! Como outras companhias que exploram água, é água! E sabemos que há muitos interesses de órgãos do mundo inteiro pela água do Brasil e pela água de Santa Catarina.

Então, temos que ter esse cuidado. É o alerta que faço. Já fiz às autoridades, já me pronunciei em plenário e vou continuar dizendo: vamos cuidar daquilo que é a coisa mais sublime na vida, que é a água, que é indispensável.

Essa é a nossa preocupação.

Muito obrigado, Deputado Celestino.

**O SR. VICE-PRESIDENTE (Deputado Celestino Secco) -**

Muito obrigado, Deputado Reno, e sem evidentemente fazer retificação, mas eu entendi que a manifestação do Deputado Afrânio Boppré, quando se referiu que não acreditava que houvesse motivação política, é na lista dos funcionários, dos empregados a serem demitidos e não nos processos de concessão, ou seja, de municipalização.

Com a palavra o Deputado Joares Ponticelli.

**O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI -** Deputado

Celestino, Deputado Reno e representantes do Sindicato dos Funcionários da Casan, a mim não causa estranheza tudo o que está acontecendo, até porque durante a campanha eu já tinha essa visão muito clara do que se pretendia com a Casan.

Isso ficou claro durante as manifestações do então candidato ao Governo de Santa Catarina. Claro não ficou porque nenhum candidato sabia o que estava dizendo, e se comprova hoje, um ano e meio depois do mandato, que eles ainda não sabem o que estão dizendo.

O Presidente da empresa, cada vez que se manifesta, diz um monte de bobagens e na semana seguinte volta atrás. É um verdadeiro terrorismo o que se está fazendo com a empresa e, por consequência, com os seus funcionários. É um processo de desmonte total da empresa. É isso que se está percebendo. Um ano e meio de bobagens, um ano e meio de terrorismo, um ano e meio sem projeto, com a preocupação clara e única de favorecer os seus, de aumentar o número de diretorias sem nenhuma observação aos ditames legais, tanto que foram criadas diretorias sem que houvesse sequer a manifestação do Conselho de Política Financeira.

Essa farra das diárias está sendo patrocinada pela própria diretoria, a ponto de no mês de novembro, um mês com 20 dias úteis, o Sr. Presidente da Casan ter recebido diárias por 23 dias de trabalho. Portanto, não deve ter comparecido nenhum dia à empresa. Só de diárias, segundo o Diário Oficial do dia 8 de janeiro, naquele mês ele percebeu a quantia de 18 mil e 500 reais. Portanto, passou 30 dias sem ir à empresa, porque se teve 20 dias úteis e tirou 23 diárias, não deve ter estado nenhum dia na empresa!

Questionamos. Inclusive pedimos cópia das atas das reuniões da diretoria, porque não acredito que ele tenha... ele não pode ser onipresente! Ele não pode estar viajando e ao mesmo tempo participando de reunião da diretoria. Acho que ele ainda não foi clonado. Pelas manifestações que lemos de vez em quando, parece que há vários clones do Presidente, porque uma semana ele diz uma coisa e na outra volta atrás como se não tivesse dito nada daquilo!

No terrorismo agora com relação às demissões estamos vendo exatamente a mesma coisa: ora vai demitir com um critério - aliás, critério até agora não foi apresentado nenhum -, ora maior salário, ora quem entrou por último, é quem está ocioso. Agora, parece-me que vai pegar os 200 maiores salários e demitir e esperar para ver o que a Justiça vai dizer para depois decidir qual é a etapa seguinte.

Então, é um despreparo, é um terrorismo. Ele está querendo forçar o servidor a sair mas não com PDI, a sair enfartado, a sair em desespero, Presidente! Parece-me que é isso que pretende a diretoria da empresa.

Portanto, Sr. Presidente, é chegada a hora de trazê-lo aqui. Efetivamente a TV AL vai ter que ter quatro ou cinco câmeras para que não se perca nada do que o Presidente disser; para que, definitivamente, diga algo que vai cumprir e que não vai voltar atrás dois ou três dias depois! Que diga para esta Casa o que pretende com a empresa; que diga para esta Casa o que pretende com os funcionários, porque estamos todos confusos. Já não sabemos mais o que é verdadeiro das afirmativas do Presidente da empresa. A cada dia uma notícia nova que no dia seguinte é negada ou é dada outra interpretação.

Acho que é hora de trazer não só o Presidente, mas convocar toda a diretoria, Sr. Presidente. Sei que o regime de gestão é um tanto presidencialista, mas é preciso que a diretoria possa participar aqui para, com o testemunho dos Deputados, saber, de fato, o que pensa o Presidente, o que pretende com a empresa, porque não podemos mais assistir a todo esse terrorismo, a todo esse desmonte da empresa.

Quero dizer, Presidente Jucélio, que entendo a angústia de alguns Prefeitos. Tenho conversado bastante com o Prefeito Carlos Stüpp, de Tubarão - e aqui estão presentes representantes dos funcionários de Tubarão. Esse assunto também está sendo discutido lá porque os próprios Prefeitos já não sabem mais como agir e o que esperar da empresa. Imaginem eles, que não têm esse contato direto com a empresa como vocês têm e nós temos, o que não pensam?! Eles têm a responsabilidade, afinal de contas, a outorga é do município! Eles estão confusos também, vendo todas essas trapalhadas patrocinadas pelo Presidente da empresa, sem um projeto concreto, eficiente de recuperação, de viabilidade para a empresa. Evidentemente que isso preocupa os Prefeitos. Isso gera uma preocupação normal, responsável dos Prefeitos, porque eles já não conseguem vislumbrar, assim como nós, nenhum projeto concreto de recuperação, de consolidação da empresa.

Então, acho que é hora de trazer toda a diretoria, de fazer uma grande audiência pública. E não precisa ser no afogadilho, não, Deputado Celestino. Precisamos dessas informações preliminares. Se não der para fazer na terça ou na quarta da semana que vem, não tem problema, espera-se mais uma semana ou mais duas, porque lá nada acontece mesmo, ele está atirando para todo lado! Até a audiência pública ele vai dizer mais um monte de bobagens e vai voltar atrás!

Eu acho que se tivermos que esperar 10 dias mas daí trazer toda a diretoria, todos os interessados e fazer uma grande audiência pública, fazer com que o Presidente se comprometa... Esse deve ser o primeiro encaminhamento do Presidente da Comissão: fazer com que o Presidente da Casan reflita bem antes de se manifestar aqui na Comissão, porque depois ele vai ser cobrado por aquilo que disser aqui. Ele não pode dizer que foi mal interpretado, que não foi aquilo que quis dizer, que a imprensa distorceu as suas declarações.

Por isso é importante uma manifestação definitiva, numa grande audiência pública, para saber, de fato, se em um ano e meio eles conseguiram desenvolver alguma proposta séria e positiva para a nossa Casan.

**O SR. VICE-PRESIDENTE (Deputado Celestino Secco) -** Muito obrigado, Deputado.

Penso que aqui foram proferidas algumas informações da maior gravidade, quer pelo Dr. Carlos Abraham, quer pelo Dr. Prudente ou quer pelo Dr. Jucélio.

E vou me valer das anotações que fiz aqui, Deputado Joares, porque, por exemplo, a questão do controle do gasto, de despesa, se continuar na velocidade aqui apresentada pelo Presidente do Sindicato dos Engenheiros, basta fazer essa economia, exercendo o controle das despesas da Companhia, para superar o impasse dos dois milhões de reais que se pretende economizar.

A segunda questão aqui posta, e acho que o Dr. Prudente foi muito claro quando aqui estabeleceu que isso já é uma novela com fim antecipado, ou seja, nós já sabemos qual vai ser a sentença a ser proferida pela Justiça no caso das demissões, e isso vai implicar em mais despesa de dinheiro público. Mas eu acho que está na hora de começar a responsabilizar também quem promove esse tipo de despesa.

E a terceira questão, e acho que foi o Presidente Jucélio quem disse, que essa lista de demissões não existe ainda, ou ninguém viu, acho que, de repente, nós deveríamos também solicitar, em documento, se é que existe uma lista de demissão, quais seriam os demissíveis, e com base em que critérios.

Portanto, vou solicitar também que o Presidente da Companhia encaminhe a esta Comissão a relação dos demissíveis (se é que ele tem) e os critérios que moveram a inclusão desse ou daquele nome nessa lista. Se não tiver, portanto, ele declarará, tenho certeza, nesta Comissão, que tudo não passou de uma falácia terrorista, ou seja, não há ninguém que integre a lista dos demissíveis.

**O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI** - Por isso que me refiro ao termo terrorismo, também como V.Exa. A informação que tenho da regional de Tubarão, por exemplo, é de que a lista foi elaborada neste final de semana, no sábado e no domingo.

Agora, imaginemos como está trabalhando cada funcionário daquele, de segunda-feira para cá, com os comentários de que a lista foi elaborada e é secreta! Qual é a motivação? Qual é a condição de trabalho que tem o servidor de produzir, de cumprir com seu papel, de prestar um serviço de qualidade para o consumidor?! É evidente que essa questão atinge o emocional, a estabilidade do servidor! É perfeitamente compreensível.

Acho que esse questionamento com relação à famigerada lista também é vital. Primeiro para restabelecer a tranquilidade do servidor, para que possa continuar prestando seu trabalho.

**O SR. VICE-PRESIDENTE (Deputado Celestino Secco)** - Antes de encerrar, gostaria de saber se os nossos Presidentes e o Dr. Prudente gostariam de acrescentar mais alguma informação a esta audiência pública ou, eventualmente, sugerir a esta Comissão algum outro procedimento além dos que aqui já tive a oportunidade de dar encaminhamento e consequência.

Com a palavra o Sr. Jucélio Paladini.

**O SR. JUCÉLIO PALADINI (Presidente do Sintae)** - Deputado Joares, para o senhor ver como são as coisas, ele orientou, o Presidente da Casan, que os gerentes regionais entregassem a lista na quinta-feira, que nós conhecemos como Quinta-feira Santa. Tanto é que lá ficaram conhecidos como Os Pilatos. Quinta-feira Santa, para entregar a tal da lista! Imaginem a nossa Páscoa, e de lá para cá! É bem sugestiva a data! O critério? Quem não entregou? Por exemplo, aqui o gerente da regional de Florianópolis, que é um companheiro competente... e nós, que vivemos aqui em Florianópolis, por outros fatores também, mas quem viveu esse último verão não viu grandes problemas de abastecimento de água. Evidentemente, o Afonso, o Coutinho e sua equipe, valorosos companheiros que trabalham nessa região, deram conta do recado, e (*ininteligível*) ele exonerou, porque o Afonso e todo o corpo técnico daqui, ao invés de fazerem a lista na Quinta-feira Santa, entregaram um grande documento com sugestões - no modo de olhar deles -, com todos os problemas e quais os encaminhamentos da Casan. Ele pegou e exonerou.

Fizemos uma paralisação na Casan, exigindo a volta dele à função, e perguntamos: Presidente, o problema da exoneração do gerente Afonso foi por conta de problemas técnico-administrativos? Ele disse: "Não, ele é eficiente. Foi apenas porque ele não entregou a lista", textualmente, para os representantes do Sindicato, neste momento, para ver o critério; onde está o critério nessa questão.

Uma outra informação, Sr. Presidente, é a reestruturação da empresa, número de diretorias, cargos etc. O Governador disse - como eu já citei aqui - que vai discutir com a sociedade, mas nem internamente discuti! Nós temos sugestões, vamos entregar a esta Casa uma proposta inclusive de reestruturação da empresa, uma proposta nossa a ser discutida, obviamente. Mas nem internamente discuti! A portas fechadas fizeram a tal da proposta e estão aí a todo custo querendo, digamos, impor isso para a gente.

Hoje à tarde teremos mais uma assembleia, que vai ser aqui na entrada desta Casa. Em outras assembleias regionais já pedimos, para o bem da população catarinense, para o bem da Casan e da água pública, a saída da diretoria da empresa, porque de fato não tem mais jeito de continuar, muito especialmente o Presidente. É isso que o Deputado Joares fala: um dia é uma coisa; outro dia é outra. Isso nós temos praticamente como unanimidade.

Para completar, queria dizer que nesse festival de informações, que pega uma exceção para virar regra, eu vou nominar, porque tem sido inclusive nesta Casa objeto de discussão, os salários nossos, dos trabalhadores. Nesta Casa, no final de semana, não tem expediente, não é?

Deputado Joares, o senhor, que é professor, não leciona no final de semana. O Deputado Celestino, evidentemente, na função de parlamentar, sim, mas na atividade profissional do dia-a-dia, não. Pois é, nós trabalhamos numa empresa que não pára. São 24 horas. Sábado, domingo, feriado, à noite, enfim, não pára. O que eu quero dizer com isso? A composição da remuneração. O

Presidente fala muito: o motorista não sei o quê...

Vou citar aqui alguns dados, que fiquem registrados. Dois motoristas que fazem plantão, à noite e finais de semana estão exaustos, porque não tem gente. O Deputado aqui que me antecedeu falou que não tem gente. As pessoas não conseguem nem almoçar em casa. Não dormem. Tem situações, sobretudo no Oeste do Estado, em que as famílias vão almoçar com os trabalhadores na Estação de Tratamento de Água.

Por exemplo, o motorista que tem o salário de 1.511 reais tem 1.436 reais de hora extra (em final de carreira, evidentemente, esses que estou citando aqui); outro, ganha 1.542 reais de hora extra; 1.750 reais, 1.561, motorista inclusive da diretoria da empresa, que, por estar 24 horas por dia à disposição, ganha mais de hora extra do que de salário.

Evidentemente, se eu retiro a hora extra daqui - as pessoas estão estressadas -, claro que a remuneração vai ser outra.

Agora, isso o presidente da empresa não diz. Se contratar mais pessoas não vai ter isso, número de horas extras. E a empresa não pode parar. Portanto, é um festival de irresponsabilidade.

Para concluir, eu não tenho dúvida nenhuma de que é, de fato, desqualificar, desestabilizar a empresa para privatizar. E demitir também, como eu citei aqui no início, foi o caminho das outras estatais privatizadas aqui no Brasil.

Ora, se eu tenho uma empresa e quero vender o meu produto, quero ter clientes, se vou e desqualifico, digo que a minha empresa é de parafuso mas produz bolas, com é que vou atrair clientela? Obviamente que os Prefeitos, mesmo que tenham a maior das boas intenções, ficam desconfiados. Como é que eu vou fazer uma concessão com o município se a direção da empresa está dizendo que aquele negócio não presta, que é uma empresa incapaz, que não resolve os problemas?! É óbvio, né? Quando a diretoria diz isso, evidentemente que essa diretoria não pode estar à frente de uma empresa.

Eu teria tantas outras colocações, mas vamos buscar remeter outras informações à Comissão para que, de fato, possam, digamos, ter o maior número possível de informações para tomar um encaminhamento.

Gostaria de agradecer pelo espaço. Estaremos evidentemente na luta. E já é decisão dessa categoria, se houver demissões, que vamos ser obrigados, forçados a parar as atividades. Indiscutivelmente, não tem como!

Para concluir mesmo, os critérios que o Dr. Prudente levantava, nós, inclusive, com a anuência do Sindicato, já concordamos em demitir vários companheiros, pelos critérios ali estabelecidos. Participamos da comissão, deu o contraditório para a pessoa mas ela cometeu falta grave e, lamentavelmente, no serviço público não pode ficar, com a anuência do Sindicato, com critério, não tem nenhum problema, nós achamos isso em defesa do cidadão, da sociedade como um todo. Nós, de fato, demos o nosso voto e foi demitido da empresa e não vai voltar mais. Certo, e não é outra coisa.

Obrigado pelo espaço.

**O SR. VICE-PRESIDENTE (Deputado Celestino Secco)** - Agradeço ao Sr. Presidente do Sintae, Dr. Jucélio Paladini.

Para as suas conclusões, com a palavra o Dr. Carlos Bastos Abraham.

**O SR. CARLOS BASTOS ABRAHAM (Presidente do Senge)** - Agradeço, Deputado.

Só gostaria de registrar aqui um documento dos auditores encaminhado aos acionistas da Casan. Eles fazem o seguinte comentário: a Companhia, a partir desse exercício, se depara com importantes situações estratégicas devido ao término de relevantes contratos de concessões de exploração de serviços públicos municipais e abastecimento de água e de coleta à disposição de esgotos sanitários. Além do programa estadual de municipalização dos serviços, a Companhia depende da negociação desses contratos de concessão ou de uma nova estrutura legal e institucional para a continuidade normal de suas operações.

É aquilo que a gente vem dizendo: não vem sendo tratada com carinho essa questão. Na última semana, no jornal Diário Catarinense, pudemos observar que o próprio Presidente da Companhia batia de frente com o Ministério das Cidades, diretamente ligado com as empresas, e batia de frente com a Caixa Econômica Federal. Cada cidadão, para conseguir um empréstimo pessoal no banco, tem que sentar na frente do gerente e solicitar, implorar. Uma estatal não pode fazer isso, porque senão não vai conseguir os 200 milhões esperados.

Só uma observação importante: ele diz que as despesas estão sendo maiores que as receitas. No ano passado, a tarifa normal aprovada foi colocada em prática em novembro, quando poderia ter sido em março, legalmente, dentro dos critérios estabelecidos. Isso gerou uma perda de 40 milhões para a empresa.

Com relação às alternativas que ele mesmo cita em algumas aparições públicas: "Se vocês me disserem algumas alternativas eu não demito", pasmem, senhores, que na assessoria de planejamento da empresa há mais de 10 anos existem ações que visam à redução das despesas, várias ações que eu posso deixar cópia. Assim como tem várias ações, também, que visam o aumento das receitas. E nada disso está sendo feito.

Obrigado.

**O SR. VICE-PRESIDENTE (Deputado Celestino Secco)** - Obrigado.

Dr. Prudente?

*(O Sr. Prudente José Silveira Mello manifesta-se fora do microfone: "Não, muito obrigado, não gostaria".)*

Então, eu desejo agradecer a todos pela presença e convidá-los, embora a Comissão o fará formalmente, para a próxima audiência pública, na qual estará presente o Presidente e toda a diretoria da Casan.

Quero agradecer também aos funcionários da Casan que aqui se fazem presentes; aos telespectadores, que tiveram mais uma vez a oportunidade de acompanhar essa novela que se chama Casan, que, tenho certeza, agora é imperativo que, efetivamente, Deputado Joares Ponticelli, todos nós nos integremos a essa tarefa de encontrar uma saída que não seja a sumariiedade da simplificação que está sendo posta pelo Presidente e pela diretoria. Estou, portanto, absolutamente convencido de que nós vamos caminhar nessa direção e a Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público vai ter esse papel que a CPI, por objeto fechado, não vai poder dar continuidade, mas esta Comissão tem toda a condição de fazer.

Lamentavelmente alguns Deputados não puderam se fazer presentes, mas estou convencido de que na próxima reunião aqui estarão.

Mais uma vez agradeço a todos pela presença.

Tenham um bom-dia.

*(Está encerrada a audiência pública.)*

**DEPUTADO GENÉSIO GOULART**

**PRESIDENTE**

\*\*\* X X X \*\*\*

## ATA DA PROCURADORIA

**Maria Aparecida Tridapalli Archer - Secretária**

**ATA DA 1498 SESSÃO ORDINÁRIA**

Aos doze dias do mês de maio do ano dois mil e quatro, às quatorze horas, sob a Presidência do Procurador-Geral, Michel Curi, reuniu-se o Colegiado da Procuradoria Jurídica da Assembléia Legislativa, para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 1498ª sessão ordinária. Presentes os Procuradores, Anselmo Klein, Maria Margarida Bittencourt Ramos, José Carlos da Silveira, Fábio Furlan, Paulo Henrique Rocha Faria Júnior e José Buzzi. Aprovada a ata da sessão anterior. 1) Relatoria do Procurador Anselmo Klein - aprovados pareceres aos processos 565/04, de Elisabeth Sarmento; 569/04, de Gilmar Luiz Magnantti; 592/04, de Valéria Maria Buss; 637/04, de Juarez Souza da Silva. O Relator deu conhecimento das providências administrativas elaboradas no Mandado de Segurança nº 2004.006597-3, Capital, impetrante, a AFIPOLESC - "isenção previdenciária." 2) Relatoria da Procuradora Maria Margarida Bittencourt Ramos - processos 575/04, de Noel Antônio Tavares de Jesus; 608/04, de Sandra Regina Guimarães; 623/04, de José Matias; proc. s/nº - MEMO nº 143/04, da Chefia de Gabinete da Presidência, sobre "preparação de um texto, em forma de anteprojeto de Lei, referente a concessão de licença-prêmio"; processos s/nº - providências administrativas, Mandados de Segurança nºs 2004.008701-2 e 2004.010654-8, Capital, ambos do Sindicato dos Servidores da ALESC, solicitando isenção previdenciária, pareceres aprovados. A Relatora comunicou que prestou informações ao Mandado de Segurança nº 2004.006597-4, Capital, impetrante, AFIPOLESC, "isenção previdenciária". 3) Relatoria do Procurador José Carlos da Silveira - processos 538/04, de Geni Rebelatto dos Santos; 559/04, de Arnaldo Ferreira dos Santos Júnior; 609/04, de Vili Valcanaia, pareceres aprovados. Do mesmo Relator, saíram de pauta, os processos s/nº - Consultas, do Diretor da Divisão de Processamento do Sistema de Pessoal, sobre "gratificação de insalubridade", e, da Presidenta da Câmara de Vereadores de Itajaí - "pensão de viúva de Vereador", com pedidos de vista dos Procuradores, Paulo Henrique Rocha Faria Júnior e José Buzzi, respectivamente. 4) Constante da pauta do Procurador Luiz Alberto Seccon, que se encontra em licença para tratamento de saúde, para conhecimento, as

informações à ADI nº 2003.002960-5, Capital, Requerente, Procuradoria Geral de Justiça, referentemente ao "§ 1º e 2º do art. 52, da Res. DP nº 08/02 - Regimento Interno da ALESC." 5) Relatoria do Procurador Fábio Furlan - aprovados pareceres aos processos 530/04, de Leonete Henkel; 431/04, de Maria Helena dos Reis Ghizzo; 577/04, de Altemir Bez; 580/04, de Renato Vianna da Silva; 611/04, de Júlio Barbosa Matiauda, Processo s/nº - Consulta - MEMO 148/04, da Chefia de Gabinete da Presidência, que solicitou "estudos visando a verificação da possibilidade de proporcionar aos Deputados um plano de saúde." O mesmo Relator deu conhecimento das informações prestadas no Mandado de Segurança nº 2004.008147-2, Capital, impetrante, Edi Machado e outros, "isenção previdenciária." 6) Relatoria do Procurador Paulo Henrique Rocha Faria Júnior - processos 280/04, de Silvio Rogério Martins; 300/04, de Raquel Bittencourt Tiscoski; 484/04, de Cesarina Costa Silva; 587/04, de Paula Maria da Silva; 593/04, de Dirce Lúcia Piano; 624/04, de Manoel Santos Damásio; processo s/nº - providências administrativas ao Mandado de Segurança nº 2004.007245-7, Capital, impetrante, Adhemar Garcia Filho, "isenção previdenciária", pareceres aprovados; deu-se por impedida no processo 300/04, a Procuradora Maria Margarida Bittencourt Ramos, tendo em vista o grau de parentesco com a requerente. O Relator, comunicou que, no prazo legal, prestou informações ao Mandado de Segurança nº 2004.007245-7, Capital, impetrante Adhemar Garcia Filho, "isenção previdenciária". 7) Relatoria do Procurador José Buzzi - aprovados pareceres aos processos, 396/04, de Guilherme Lima Barreto; 566/04, de Tereza Paulina Back; 610/04, de Sara Loni L. Medeiros; 621/04, de Henrique Drews Filho. O Relator retirou de pauta o processo 537/04, de Maria Elisa Cadore. Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a sessão, convocando outra, ordinária, para o próximo dia dezoito de maio, à mesma hora e local. Eu, Maria Aparecida Tridapalli Archer, Secretária, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai assinada pelos Procuradores presentes. Sala das sessões, 12 de maio de 2004.

\*\*\* X X X \*\*\*

## EXTRATO

**EXTRATO Nº 049/2004**

REFERENTE: 4º Termo Aditivo ao CONTRATO CL Nº 026/2001-00, celebrado em 03/09/2001.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADO: Maestro Reginaldo Osvaldo da Silva

OBJETO: Reajusta o valor contratual em 45,61% (quarenta e cinco vírgula sessenta e um por cento), correspondentes à variação do IGP-M do período compreendido entre set/2001 e abr/2004, a partir da competência maio de 2004.

VALOR: Diante deste reajuste o valor mensal do presente contrato passará de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) para R\$ 2.185,00 (dois mil, cento e oitenta e cinco reais) a partir de maio de 2004, por força deste aditivo.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, II, "d" da Lei nº 8.666/93, previsto no item 3 da Cláusula Quinta do Contrato e autorização administrativa.

Florianópolis, 25 de maio de 2004.

Signatários:

Deputado Volnei Morastoni - Contratante

Reginaldo Osvaldo da Silva - Contratado

\*\*\* X X X \*\*\*

## OFÍCIO

**Ofício CTASP/065/04**

Florianópolis, 18 de maio de 2004.

Exmo. Sr.

**Deputado VOLNEI MORASTONI**

DD. Presidente da ALESC

Florianópolis - Santa Catarina

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que em reunião do dia 18 de maio do corrente ano, da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, fui eleito Presidente desta Comissão.

Certo de sua atenção, expresse votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

**DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA**

**Presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público**

*Lido no Expediente*

*Sessão de 25/05/04*

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 005/2004**

**Suspende a execução da Lei Complementar nº 05/93, do Município de Taió.**

Art. 1º. Fica suspensa a execução da Lei Complementar nº 05/93, do Município de Taió, em face da declaração de inconstitucionalidade proferida pelo egrégio Tribunal de Justiça de Santa Catarina nos autos da Apelação Cível nº 88.082627-1.

Art. 2º. Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 25 de maio de 2004.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI**

**RELATOR**

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL****ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA****PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 005/2004**

Art. 1º O artigo 36 da Constituição do Estado de Santa Catarina passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 36 - Salvo disposição constitucional em contrário, todas as deliberações da Assembléia Legislativa e de suas comissões, presente a maioria absoluta dos seus membros, serão tomadas através do voto aberto, exigida a maioria simples."

Art. 2º Esta emenda constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 18 de maio de 2004

Onofre Santo Agostini - Deputado Estadual

Francisco de Assis - Deputado Estadual

Altair Guidi - Deputado Estadual

Odete de Jesus - Deputado Estadual

Antonio Carlos Vieira - Deputado Estadual

Joões Ponticelli - Deputado Estadual

Reno Caramori - Deputado Estadual

Djalma Berger - Deputado Estadual

Paulo Eccel - Deputado Estadual

Pedro Baldissera - Deputado Estadual

Francisco Kister - Deputado Estadual

Celestino Secco - Deputado Estadual

Antônio Ceron - Deputado Estadual

*Lido no Expediente*

*Sessão de 19/05/04*

**JUSTIFICATIVA**

A Assembléia Legislativa já apreciou duas propostas de emenda à Constituição do Estado visando suprimir da carta Estadual as expressões "voto secreto" e "escrutínio secreto", fazendo com que todas as deliberações fossem de forma aberta e transparente.

Não obstante ao mérito, as propostas acima explicitadas foram arquivadas, pois inicialmente é necessário promover uma alteração na Constituição Federal para que o princípio de simetria permita a mesma alteração nas Cartas Estaduais.

Encontramos nessa emenda a forma de realizar a abertura do voto para todas as outras deliberações que a Constituição Estadual não mencionar, ou seja, excetuando-se as restrições constitucionais, a Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina tomará suas decisões de forma aberta e transparente.

Já que não podemos abrir o voto em todas as situações, pois constitucionalmente não é possível, vamos abrir o voto em todas as outras questões que forem restritas por normas infra-constitucionais.

Nesse diapasão, entendemos que em um regime democrático devem os governos agir à luz meridiana, expondo todos os seus atos ao estudo e a crítica dos interessados e dos competentes.

A publicidade é ainda mais necessária em se tratando em palavras e votos dos parlamentares, que não têm senão a responsabilidade moral para assim proceder.

Garantir o voto secreto para as votações no Plenário das Casas Legislativas é o mesmo que passar a procuração a alguém e não poder saber o que esta pessoa faz em seu nome.

Os vigentes imperativos constitucionais são equivocados. Na verdade, o sigilo do voto só tem sentido quando garantido aos eleitores que, através do voto secreto, têm a segurança de escolher o representante que considera mais adequado.

Sobremais, o que deve ser secreto é o voto do eleitor, não do eleito.

Nesse sentido, solicitamos o apoio dos Senhores Parlamentares para a aprovação da presente subemenda.

Sala das Comissões, 18 de maio de 2004.

**Republicado por Incorreção**

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETOS DE LEI****PROJETO DE LEI Nº 223/04**

Declara de Utilidade Pública a Fundação Universidade do Contestado.

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Fundação Universidade do Contestado, município de Concórdia, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º - À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 2004.

**Deputado MANOEL MOTA**

**Líder da Bancada PMDB**

*Lido no Expediente*

*Sessão de 25/05/04*

**JUSTIFICATIVA**

Excelentíssimo Senhor Presidente e demais membros da Egrégia Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Tomo a iniciativa de apresentar aos Senhores Deputados o projeto de lei que visa tornar de utilidade pública a Fundação Universidade do Contestado, atendendo pedido da própria entidade que necessita desse reconhecimento para poder celebrar atos e convênios com órgãos públicos estaduais, a fim de atender suas finalidades estatutárias.

Trata-se de entidade civil sem fins lucrativos, que presta relevantes serviços à comunidade, razão pela qual entendo ser justo o pleito apresentado.

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 224/04**

Institui o sistema de bônus e de pontuação para merecimento aos Policiais Cíveis e Militares, pela apreensão de armas, conforme específica.

Art. 1º. Fica instituído o sistema de bônus pecuniário e de pontuação para merecimento aos integrantes da Polícia Civil, ou da Polícia Militar que, no exercício de suas funções, encontrem armas sem registro e/ou autorização legal, apreendê-las e entregá-las ao órgão de que trata o art. 2º desta lei.

Parágrafo único. O bônus pecuniário previsto no *caput* deste artigo aplica-se, também, a todo cidadão que, voluntariamente entregar arma de fogo, cuja posse detenha a qualquer título.

Art. 2º. As armas apreendidas serão entregues ao órgão policial ao qual couber a responsabilidade pela tomada dos procedimentos legais cabíveis, inclusive de elaboração de laudo pericial e definição final do armamento.

Art. 3º. Os responsáveis por aplicações indevidas das disposições desta lei serão indiciados em processos disciplinares, na forma da legislação própria.

Art. 4º. Mediante decreto, o Poder Executivo regulamentará a presente lei, no prazo de até 60 (sessenta) dias a contar da data de sua publicação, definindo a forma de concessão de bônus e os seus valores financeiros, assim como a sistemática de pontuação para os fins descritos no artigo 1º.

Art. 5º. Para atendimento ao disposto nesta lei, fica autorizado o remanejamento orçamentário que se fizer necessário.

Art. 6º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 2004.

**Deputado César Souza**

*Lido no Expediente*

*Sessão de 25/05/04*

**JUSTIFICATIVA**

Apresento a deliberação dos demais Pares desta Casa Projeto de Lei que pretende instituir o sistema de bônus pecuniário e de pontuação para fins de merecimento aos integrantes da Polícia Civil ou da Polícia Militar que no exercício de suas funções, encontrem armas sem registro e ou autorização legal, apreendê-las e entregá-las ao órgão policial responsável pelos procedimentos legais cabíveis.

Este sistema, especialmente o do bônus pecuniário, é extensivo a todos os cidadãos que de forma voluntária entregarem armas de fogo ao Poder Público.

Esta proposição, se convertida em lei, visa proporcionar estímulos aos agentes públicos enunciados e à toda a população de forma a fomentar o desarmamento.

Todos temos consciência que a existência de armas de fogo de forma indiscriminada é fator determinante do aumento da criminalidade.

Assim sendo, tenho convicção que adoção deste sistema pelo Poder Executivo irá diminuir os índices de violência que tanto nos assustam.

Pelos razões acima expostas é que solicito a aprovação deste Projeto de Lei por ser indiscutivelmente necessário.

\*\*\* X X X \*\*\*